

Paulo Renan Gonçalves Cardoso

Matrícula 11221ECO018

**Pobreza, desigualdade e o Programa Bolsa família: uma análise
da região Nordeste.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA e RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2019

Paulo Renan Gonçalves Cardoso

Matrícula 11221ECO018

Pobreza, desigualdade e o Programa Bolsa família: uma análise da região

Nordeste

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Paulo Renan Gonçalves Cardoso

Matrícula 11221ECO018

Pobreza, desigualdade e o Programa Bolsa família: uma análise da região

Nordeste

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 18 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural

Profa. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

Profa. Dra. Sabrina Faria de Queiroz

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a toda minha família, por me ajudarem a conquistar essa vitória. Nesse momento estou concluindo um ciclo da minha vida e chegar até aqui não foi nada fácil. Passei por grandes dificuldades dentro do curso de Ciências Econômicas, mas consegui vencer. Contribuíram para essa conquista minha mãe e meu pai, que juntos presenciaram meu sofrimento diariamente, portanto serei eternamente grato a vocês dois. Agradeço também a turma de Ciências Econômicas-UFU-61^a, pois foi ao lado dos meus colegas de classe que conseguimos driblar todas as dificuldades do curso.

Gostaria de agradecer também aos meus professores, pois sem ajuda deles nada disso seria possível e a todos os profissionais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Hoje saio do curso com outra visão de mundo, uma cabeça completamente diferente daquela que entrei no início. Por fim, estendo meu agradecimento ao Professor Pedro Duarte, que deu início a esse trabalho junto comigo e ao Professor Marcelo Loral, que me ajudou a finalizar essa monografia. Obrigado aos dois pela competência e profissionalismo.

RESUMO

O Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do Governo Federal, tem como finalidade a alocação de recursos monetários para indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. É dessa forma que o governo brasileiro vem tentando diminuir o número de pessoas em situação de extrema pobreza e, partindo desse pressuposto, a região Nordeste se destaca, por possuir o maior número de brasileiros nessa situação. O objetivo desse trabalho é analisar pobreza e desigualdade no contexto do referido programa nessa região. Conclui-se que houve uma expressiva redução da pobreza e da desigualdade no Brasil e na Região Nordeste de 2004 a 2014, sendo o Programa Bolsa Família um dos responsáveis por tal fenômeno, notadamente pela evolução da renda dos mais pobres.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Família. Pobreza. Região Nordeste.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Pobreza – proporção (%) de domicílios extremamente pobres – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.	36
Gráfico 2 Pobreza - proporção de domicílios pobres – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.....	37
Gráfico 3 Proporção de indivíduos extremamente pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.	38
Gráfico 4 Proporção de indivíduos pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.....	39
Gráfico 5 Renda - desigualdade - coeficiente de Gini.....	40
Gráfico 6 - Renda - desigualdade - índice de Theil.....	41
Gráfico 7 - Porcentagem mais pobre da população com renda total igual à do 1% mais rico.	41
Gráfico 8 - Renda domiciliar – participação (%) do 1% mais rico.	42
Gráfico 9 - Renda - razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.	43
Gráfico 10 - Renda - razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres.	44
Gráfico 11 - Renda domiciliar – participação (%) dos 50% mais pobres.	44
Gráfico 12 - Renda domiciliar per capita – média R\$ de 2014.	45
Gráfico 13 - Renda domiciliar per capita - média dos extremamente pobres. (Renda real). 46	
Gráfico 14- Renda domiciliar per capita - média do 1% mais rico - R\$ de 2014.	46
Gráfico 15 - Renda domiciliar per capita - média dos pobres - R\$ de 2014.	47
Gráfico 16 - Programa Bolsa Família (PBF) - número de benefícios.	48
Gráfico 17 - Programa Bolsa Família (PBF) - valor total dos benefícios em dezembro (R\$ de 2014).....	49
Gráfico 18 - Número de indivíduos extremamente pobres no Brasil X Número de indivíduos beneficiados pelo programa bolsa Família Brasil.	50
Gráfico 19 - Número de indivíduos extremamente pobres no NE x Número de indivíduos pobres no NE x Número de indivíduos beneficiados pelo programa Bolsa família NE.	51

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. O Brasil e a questão do desenvolvimento regional.....	4
1.1 Processos de Industrialização.....	4
1.2 A questão da Reforma agrária.....	9
1.3 Urbanização.....	12
1.4 Nexos sociais.....	14
2. O programa Bolsa Família e o Nordeste.....	17
2.1 Contextos Históricos das políticas sociais.....	17
2.2 Políticas de transferência de renda e o Programa Bolsa família (PBF)	22
2.3 Reflexos na Pobreza e na Desigualdade social.....	26
2.4 Revisão da Literatura sobre os impactos do Programa Bolsa Família.....	28
3. Pobreza e desigualdade na Região Nordeste na vigência do Bolsa Família.....	34
3.1 Características da região Nordeste.....	34
3.2 Pobreza.....	35
3.3 Distribuições de renda e desigualdade.....	39
3.3 Programa Bolsa Família.....	48
3.4 Apontamento sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste.....	52
Considerações Finais.....	54
Referências Bibliográficas.....	56

INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda é um problema que atinge o mundo todo. Tal fenômeno pode ser notado com maior ocorrência em países subdesenvolvidos. No contexto da América latina, essa desigualdade afeta grande parte dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, onde a concentração de renda é um dos principais problemas.

Alguns elementos ajudam a entender essa situação. O primeiro deles está relacionado à formação do capitalismo brasileiro, que ocorre de forma tardia e com um rápido movimento de industrialização e urbanização entre as décadas de 1930 e 1970. Deve-se ressaltar que parte relevante desse período foi marcada por um crescimento econômico concentrador de renda em um período de autoritarismo político. Como resultado, temos insuficiências em áreas sociais como saúde e educação, cuja falta de acesso corroboram para o aumento das mazelas sociais. Durante as décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, o Brasil presenciou sucessivas crises econômicas, como a crise da dívida externa na década de 1980, elevação na taxa de inflação durante os anos 1980 e primeira metade dos 1990 e crises cambiais em 1999 e 2002. Todos esses elementos contribuíram para o aumento da desigualdade de renda no país e agravamento da situação social.

Mesmo diante das adversidades e os contrastes sociais que o Brasil presenciou nos últimos anos, observaram-se que as políticas públicas de cunho social passaram a ganhar maior destaque no início do século XXI. No Brasil, o baixo desempenho econômico de regiões como o Norte e o Nordeste tem ampliado do debate em torno da necessidade de políticas sociais, cujo objetivo é diminuir a desigualdade de renda nessas regiões e contribuir para a redução da pobreza no país.

Levando em consideração o contraste social e econômico criado na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, o presente trabalho tem como finalidade analisar o comportamento da pobreza e da desigualdade, após a implantação do Programa Bolsa Família na região Nordeste. A hipótese do presente trabalho é de que uma das principais características da economia e da sociedade brasileiras é o fato de serem historicamente marcadas pela desigualdade de renda, que pode se tornar mais acentuada quando observada a partir da perspectiva regional. Considerando ser a região Nordeste uma das mais afetadas pela desigualdade de renda, considera-se neste trabalho que as políticas de distribuição de

renda implantadas a partir de 2000, especificamente o Programa Bolsa Família, colaboram com a redução da desigualdade de renda e da pobreza no Nordeste.

Assim, o objetivo geral do trabalho é avaliar a pobreza e a desigualdade de renda na Região Nordeste, de 2001 a 2014, destacando a importância do Programa Bolsa Família e, a partir disso, analisar os objetivos específicos no contexto histórico do desenvolvimento regional. Objetivos específicos do trabalho são apresentar o programa no período de 2004 a 2014; analisá-lo na região Nordeste nesse mesmo período e identificar possíveis efeitos dele sobre os níveis de renda, pobreza, extrema pobreza e desigualdade de renda.

Trata-se de assunto de interesse público, sendo bastante debatida a eficiência de programas como esse, visto que tais políticas proporcionam uma condição mínima para as famílias de baixa renda e, outro aspecto não menos importante, é que a desigualdade social é um assunto que precisa ser discutido por toda a sociedade civil, é um problema de extrema relevância para o Brasil. Atualmente o país vive uma das piores crises econômicas de sua história, o que implica em piores condições de renda e emprego para a sociedade mais carente, impactando diretamente os programas sociais de transferência de renda. O trabalho busca analisar o período de 2001 a 2014, com foco nas políticas sociais, não abordando o período posterior a esse, devido à crise política e econômica que se instaurou no país desde que o governo da Presidente Dilma Rousseff não seguiu adiante, em seu segundo mandato.

A metodologia utilizada no trabalho será pautada em uma pesquisa bibliográfica, realizando um resgate da literatura estudada até o momento. Para avaliar o efeito sobre a desigualdade, a pobreza e o Programa Bolsa Família, utilizaremos a exposição de gráficos, coletados da base de dados do IPEADATA e, assim, pretendemos identificar os possíveis efeitos em termos de redução de pobreza e desigualdade nessa região.

O trabalho estará dividido em três capítulos, além dessa introdução. No primeiro, iremos analisar o contexto histórico da região Nordeste, partindo de uma análise da concepção da teoria do desenvolvimento regional aplicado ao caso do Brasil e, em específico, analisando a referida região. No segundo capítulo, analisaremos o Programa Bolsa Família, procurando resgatar o contexto histórico das políticas sociais no país, revisando a sua literatura e impactos ao longo desses anos, na economia brasileira. No terceiro capítulo, verificaremos a aplicação do Programa na região Nordeste e o comportamento da pobreza, extrema pobreza e desigualdade de renda e, assim, pretendemos

verificar se ele contribuiu para reduzir a desigualdade social e a pobreza ao longo do período de 2004 a 2014. Por fim, temos as considerações finais do trabalho.

1. O Brasil e a questão do desenvolvimento regional

1.1 Processos de Industrialização

Ao longo da história do Brasil, a região Nordeste, junto com a região Norte, viveu em situação distinta do resto do país, principalmente se comparado com o Centro-Sul, sendo o baixo desenvolvimento econômico um de seus principais problemas. Tratando do desempenho econômico do Nordeste, pode ser observado que o resultado do processo de industrialização brasileiro expôs efeitos perversos à economia desta região. A relação comercial entre o Nordeste e o Centro-Sul trouxe um duplo efeito econômico sobre a região, qual seja, de transferência de renda da primeira para a segunda e o impedimento do processo de industrialização do Nordeste, como observado por Furtado (*apud* Diniz, 2009: pág. 238).

Essa região, no decorrer do processo de industrialização brasileiro, não apresentou o mesmo nível de desenvolvimento econômico que o resto do país. De acordo com Furtado (*apud* Diniz, 2009: 238), o crescimento e a concentração industrial na região Centro-Sul, junto com política cambial protecionista e a manutenção da economia primária no Nordeste, resultaram no fato de que este importasse bens industrializados do Centro-Sul a preços mais altos que os do exterior e exportasse matérias-primas e alimentos. Ou seja, tínhamos uma relação de centro-periferia entre essas regiões, de modo que o processo de industrialização brasileira não foi favorável para o desenvolvimento do Nordeste, uma vez que ficara submetido ao desenvolvimento do Centro-Sul.

Araújo (1999, pág. 45) observa que a base industrial, montada no século passado, tendeu a se concentrar fortemente na região Sudeste. Com 11% do território brasileiro, o Sudeste respondia, em 1970, por 81% da atividade industrial do país, sendo que São Paulo, sozinho, gerava 58% da produção da indústria existente. Outro elemento que ajuda a entender o baixo desempenho do Nordeste é o fato das elites regionais, ligadas diretamente ao setor exportador e ao aparelho do Estado, terem assumido determinados padrões de consumo incompatíveis com o nível de renda da região, o que acarretava no consumo e não no investimento dos excedentes, impossibilitando ampliação deste na região e tendo como consequência seu baixo desenvolvimento, conforme constatado por Furtado (*apud* Diniz 2009: pág. 237). Esse fato demonstra que o capital proveniente dessa região era destinado diretamente para o Centro-Sul, beneficiando assim essa região. Dadas essas condições, o

Nordeste encontrava dificuldade em se desenvolver de uma forma sustentável, uma vez que a relação comercial com o resto do país prejudicava a economia local.

Outra hipótese ligada ao baixo desempenho econômico do Nordeste pode estar relacionada com o processo de especialização das atividades econômicas, desenvolvidas nos finais dos séculos XIX e início XX, pois o Sudeste especializou-se na produção de café, enquanto no Nordeste as atividades predominantes eram açúcar e algodão. Essas duas atividades - açúcar e algodão - correspondiam basicamente à metade das exportações durante o século XIX. Entretanto, entre 1912-1914, sua contribuição caiu em torno de 3%, enquanto no Sudeste o café aumentou sua participação nas exportações totais e ganhou espaço no mercado internacional. Essa diferenciação entre os produtos proporciona maior inserção de uma região no mercado internacional, enquanto a outra perde espaço devido à diferenciação de produtos. Esse movimento no século XIX proporciona maior renda para a região do Sudeste, fato que contribuiu para o processo de industrialização do Brasil, conforme destacado por Leff (1972) e Cano (2007).

Considerando o contexto histórico dessas duas regiões pela perspectiva do Nordeste, Furtado (apud, Santos 2018; pág. 90) percebeu que, durante o século XVII, a concorrência com as Antilhas causou impactos negativos na economia açucareira, pois sua produção de cana de açúcar era mais eficiente que a produção Nordestina. Além disso, durante os séculos XVII e XVIII, o processo de expansão da economia nordestina ocorreu através de um atraso econômico: o setor de baixa produtividade, que compreende atividades ligadas à pecuária e à produção de subsistência, ganhava mais importância que o de alta como, por exemplo, a produção de cana de açúcar. Esses fatos, atrelados à falta de tecnologia na agricultura de exportação, contribuem para que os séculos XIX e XX representem baixa dinâmica econômica na região.

Diante do quadro apresentado, a capitação de renda da região Nordeste aos poucos foi reduzindo e, para completar, grande parte desses recursos era destinado a pequenos grupos econômicos da região. No decorrer do século XX, com o processo de industrialização da economia brasileira, o Nordeste tinha, em 1939, uma participação de 30% no produto interno bruto e, passados 20 anos, a participação dessa região na

composição do PIB caiu para 11% em 1959¹. Isso demonstra que a disparidade regional entre o centro sul e o Nordeste só aumentava à medida que os anos se passavam, conforme observado por Santos (2018, pág. 95).

Furtado (1984) aborda que, para que uma região se desenvolva e a renda gerada por essa produção se multiplique pelos outros setores da economia, é necessário que as indústrias tenham vínculo direto com o mercado, ou seja, que os processos sejam embasados no fortalecimento industrial desse local ou país, que o seu crescimento seja apoiado na expansão da demanda interna e, posteriormente, da externa, pois assim teríamos uma pauta focada no crescimento interno e que alavancaria o mercado local, gerando empregos e renda para a população. Porém, do ponto de vista das economias periféricas, Furtado (1981) nota que o processo de industrialização ocorreu via abertura comercial, com esses países oferecendo subsídios e condições favoráveis para as multinacionais se instalarem nas periferias. Entretanto, grande parte da renda gerada nos países periféricos tem como destino seus países de origem, ou seja, é destinada aos países centrais.

Do ponto de vista das políticas do desenvolvimento regional, no Brasil houve algumas tentativas na região Nordeste como, por exemplo, a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), estruturada por Celso Furtado, que tinha como objetivo levar a cabo as reformas estruturais necessárias, dentre elas, a industrialização. No entanto, ao longo do tempo, houve perda de seu poder institucional e caráter reformista, chegando a ser extinta em 2001 e recriada em 2007, vinculada ao Ministério da Integração Nacional (PESSOA E MILANI, 2016).

Oliveira (*apud* Diniz, 2009: 241) destaca que o papel da SUDENE não cumpre seus objetivos, pois a

(...) Sudene foi criada em consonância com os interesses da burguesia industrial da região Centro-Sul do Brasil e articulada com os interesses da burguesia decadente do próprio Nordeste. Foi também uma forma de segurar a pressão das forças populares, cuja ação poderia apontar na direção de uma desintegração do País, pelos movimentos de caráter revolucionário que se despontavam na região, a exemplo das Ligas Camponesas. Assim, a ação da Sudene foi esvaziada e alterada (...).

Conclui-se que SUDENE não conseguiu estabelecer seu papel na busca pelo desenvolvimento do Nordeste e que eram necessários outros meios para tal. Uma das saídas para melhoria seria, então, a industrialização: autônoma e de fortalecimento do capital

¹ Sobre a participação do produto interno bruto da região Nordeste ver Queiroz e Fontana (2009). No qual realizam uma comparação com o resto do país, durante o período de 1970 até os anos 2000.

regional, segundo destacado por Furtado (*apud*, Diniz, 2009: pág. 239). Tal processo alavancaria a economia local, melhorando os indicadores socioeconômicos e implicaria efeitos multiplicadores, uma vez que haveria impactos na geração de renda e aumento da riqueza. No entanto, o que pode ser notado, é que a região Nordeste ainda permanece como uma periferia, mas, naturalmente, em uma conjuntura socioeconômica distinta daquela observada na década de 1960, uma vez que o nível de renda melhorou, embora ainda registre os piores indicadores sociais no país (PESSOA E MILANI, 2016).

Araújo (2000) enfatiza que houve um início de industrialização na região através do parque industrial têxtil, pois esse já existia antes da criação da SUDENE. Entretanto, demonstra que a base montada no parque, em São Paulo, tornava a produção mais eficiente e com maior competitividade se comparado à nordestina, o que demonstra a fragilidade da região em se desenvolver, pois fatores como mão de obra e infraestrutura são elementos importantes para determinar o grau de produção. Destaca, ainda, que a criação da rodovia Rio-Bahia teve papel destruidor nesse processo, uma vez que toda a produção paulista é absorvida no mercado interno nordestino, provocando uma grave crise na indústria têxtil, com fechamento de fábricas e, conseqüentemente, de postos de trabalho.

Assim, pode-se dizer que o processo de industrialização brasileiro favoreceu o Centro-Sul, principalmente o Estado de São Paulo. Entretanto, Cano (1997: 104) argumenta que

(...) pensam que a nação está se fragmentando, pelo fato de que apenas porções de cada região estão (ou estarão) tendo melhor inserção internacional ou se beneficiando de investimentos privados (estrangeiros ou não) nelas especificamente localizados. Penso que não é certo falar em fragmentação, uma vez que os elos entre o núcleo da acumulação (São Paulo) e o restante da nação permanecem unidos (...).

Deve-se destacar que, mesmo com a concorrência, o Nordeste e demais regiões se beneficiam do avanço do Centro-Sul, por ser esta a região com maior concentração de renda do país e com maior capacidade de crescimento.

O desenvolvimento econômico de um país depende de como os recursos são distribuídos e, nota-se que no Brasil, isso não ocorre de maneira igualitária, porque há locais que contam com maior aporte financeiro que outros, provocando o agravamento das condições sociais, elevando a pobreza e o surgimento de regiões periféricas. O Nordeste brasileiro, ao longo das últimas décadas, vem enfrentando sérios problemas

socioeconômicos, uma vez que não consegue se desenvolver de uma forma sustentável. Diante desse cenário, é necessário que o Estado brasileiro atue de uma maneira mais eficiente, combatendo as desigualdades sociais advindas do processo de industrialização brasileiro, possibilitando a ampliação e melhoria de sua infraestrutura e tornando-a mais eficiente, de acordo com Araújo (2008).

Araújo (2000) ressalta que durante as décadas de 1980 e 1990, o Estado brasileiro não foi capaz de lidar com as disparidades regionais e com os problemas que a economia brasileira atravessava, pois as condições sociais na região Nordeste só pioravam, em consequência da crise da dívida externa na década de 1980 e das tentativas de controle da taxa de inflação no início de 1990², fatos que contribuíram para que o Estado não tivesse condições de ser patrocinador do desenvolvimento econômico e social na região. Complementa ainda que, durante esse período, o Nordeste perdeu mais de cinco pontos percentuais quando ocorreu a abertura comercial do Brasil, devido à região não ter uma dinâmica mais competitiva, o que acarretou em perda de espaço no componente de participação das exportações brasileiras.

Além disso, torna-se necessário resolver outras questões relacionadas ao desenvolvimento da região, como por exemplo, diminuir a concentração de renda, pois sabemos que no Brasil a renda é bastante aglutinada. Furtado (*apud* Lima, 2009: 128), observa que

(...) [a] concentração de renda no Brasil tem inibido as possibilidades de consolidar um mercado interno forte, capaz de gerar uma capacidade endógena de poupança. A inserção internacional é importante e pode complementar nosso potencial de recursos, bem como facilitar o acesso as tecnologias de ponta, mas isso não pode estar desvinculado da prioridade dada aos interesses da maioria da população, da correção das desigualdades regionais e dos investimentos em infraestrutura que venham a alterar a incúria com o processo de urbanização e com a habitação da população mais pobre. Nesse sentido, o Estado tem um papel integrador e dinamizador que nenhum outro setor social pode ter (...).

Conclui-se que o Nordeste não acompanhou o mesmo desempenho se comparado com outras regiões do país, que as políticas de desenvolvimento regional criadas com foco na melhoria desses processos falharam e que a SUDENE não foi capaz de desempenhar um papel dinamizador nessa região. O setor industrial pouco contribuiu para a geração de

² Sobre essas temáticas, verificar o trabalho de Vargas e Silva (2015).

empregos e crescimento da renda, pois esse estado possui os piores indicadores, tanto no âmbito econômico quanto social.

1.2 A questão da Reforma agrária

Um dos grandes problemas da região Nordeste está ligado à questão da terra, pois tem um histórico de grande concentração da propriedade, que se mantém até os dias atuais. Furtado (1984) destaca que uma das raízes para a fragilidade da economia nordestina estava concentrada no setor agrário, ao reconhecer que era pobre em solos agricultáveis, se comparada ao Centro-Sul do país. Entretanto, alegava que era necessária a estruturação de todo o seu setor agrícola, com o objetivo de assegurar uma oferta adequada de alimentos e reiterava que as classes médias e altas da região sempre encontravam uma saída fora para abastecer suas necessidades.

Devemos ressaltar a importância da agricultura para a região Nordeste, principalmente na localização do semiárido que, por muito tempo, abrigou cerca de 40% da população nordestina. Ao longo dos anos, sua principal atividade estava vinculada à produção de algodão, mas o que se observa é que, diante do avanço da agricultura no Sudeste e Centro-Oeste, o Nordeste gradativamente perdeu participação na produção desse produto, provocando perda de renda e impactos negativos na competitividade da pecuária regional, contribuindo para o desaparecimento da principal fonte de renda (FURTADO *apud* ARAÚJO, 2009:39).

O debate em torno da questão da alta concentração da terra é fundamental para compreender a agricultura na região Nordeste, pois, como já dito, o açúcar e o algodão eram os principais produtos exportados e a expansão dessas atividades estava pautada na ocupação de novas terras e não na inserção de novas tecnologias. Como resultado, os bons solos eram destinados para agricultura de exportação, sobrando, para as demais atividades, solos menos férteis e de péssima qualidade. Além disso, a alta concentração das terras nas mãos das oligarquias rurais dificultava o desenvolvimento do campo e, assim, tínhamos péssimas condições de sobrevivência e baixa oferta de alimentos, conforme destacado por Furtado (1984, pág. 9).

Buainain e Pires (2003, pág. 4) destacam que durante o século XIX, enquanto países

como Estados Unidos e Japão concentravam esforços para realizar a reforma agrária³, no Brasil a Lei de Terras (1850), criava obstáculos para quem delas necessitava. Complementa, ainda, que a lei proclamava o poder da Coroa sobre as terras e sua posse era através da aquisição ou doação, ou seja, existia um alto custo e, com isso, o pequeno agricultor, escravos e trabalhadores livres tinham grandes dificuldades.

Do ponto de vista da agricultura familiar é importante destacar que, durante o período colonial, sua produção esteve pautada em alimentos como feijão, mandioca, milho, entre outros, enquanto as grandes propriedades rurais estavam preocupadas em produzir açúcar e algodão para abastecer o mercado externo, ou seja, a produção de alimentos era feita, em grande parte, pelo pequeno agricultor e não pelas grandes propriedades rurais, conforme constatado por Miralha (2006, pág. 153).

Admite-se que o papel da agricultura familiar é de grande importância para o conjunto da sociedade, pois grande parte da produção gerada é utilizada para abastecer o mercado interno. A concentração da terra na região Nordeste desencadeia vários problemas: o primeiro deles está ligado à produção de alimentos, uma vez que a oferta fica restrita. O segundo diz respeito à condição de vida no campo da população rural, pois, caso não melhore, a população tenderá a se deslocar para zona urbana e isso implicará em um aumento da mão de obra não qualificada nas cidades, conforme constatado por Furtado (1984).

Argumenta-se que a reforma agrária implicaria em um avanço social, visto que o verdadeiro objetivo é liberar os agricultores para tornarem-se os verdadeiros atores dinâmicos no plano econômico. Na medida em que ocorre a distribuição de terra e condições de financiamento, esses novos agricultores iriam produzir, gerariam excedentes e se tornariam novos consumidores; para complementar esse quadro um dos grandes problemas da região que é a falta de alimento, seria suprido pelos excedentes deixados pelo setor agrícola. Um maior dinamismo dos produtores agrícolas traduz-se em um aumento na produção de alimentos e isso beneficiaria grande parte da população, pois contribuiria para dinamização da renda na região, conforme observado por Furtado (1984).

³ Sobre a questão da reforma agrária nesses países ver Romeiro (1994).

Destaca-se que cabe à região desenvolver uma reforma agrária consistente, em que os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros, possam ter acesso a uma linha de crédito que facilite as condições de produção desses agricultores. Furtado (1984) reitera que a estrutura agrária deverá ser o instrumento de uma política econômica, que tenha como principal objetivo dinamizar a oferta de alimentos de consumo popular. Também é fundamental a intervenção estatal, no sentido de possibilitar o desenvolvimento do campo e melhorar as condições de vida da população rural.

Entretanto, após a redemocratização, a ausência de políticas de fortalecimento da agricultura regional, atrelada a uma estrutura agrária conservadora, inibiu o desenvolvimento do campo, provocando êxodo rural em direção às cidades, visto que o pequeno agricultor não tinha as condições mínimas necessárias à sobrevivência. A situação não se agravou mais nessa região por conta da Constituição de 1988, que estabeleceu a previdência aos produtores rurais e a implantação do Programa Bolsa Família foi importante mecanismo para estabelecer a proteção social nessa região, como mencionado por Araújo (2009: Pág. 39). Reitera, ainda, que a região Nordeste em nada avançou em termos de distribuição da terra, pelo contrário, esse ativo sempre esteve nas mãos dos grandes agricultores rurais. Por sua vez, a criação da SUDENE não resolveu o problema da concentração das terras e manteve os interesses das grandes oligarquias rurais instaladas na região. Buainain e Pires (2003, pág. 5) acrescentam que, nos países desenvolvidos, o processo econômico foi pautado na ruptura com as grandes propriedades rurais, enquanto a agricultura familiar ganhava grande destaque. Isto é, os grandes protagonistas são os pequenos agricultores.

A falta de uma reforma agrária adequada resultou no movimento que ocorreu durante o século XX no Brasil. A partir de 1950, a população rural era maioria, compondo um total de 63,8%; com a intensificação do processo de industrialização da economia brasileira, a população urbana passou a predominar no país, contabilizando o percentual de 55,9%, enquanto a população rural passou a ser de 44,1%, em 1970. Na década seguinte, em 1980, a população urbana atingiu 67,6%, enquanto a rural caiu para 32,4%, conforme constatado por Miralha (2006, pág. 159). A ausência de uma reforma agrária resultou em vários problemas sociais para o país, como o processo de migração, grandes aglomerações nas cidades, impacto na formação de mão de obra pouco qualificada, piora das condições de vida.

Conclui-se que a reforma agrária possui uma grande importância no campo econômico e, especialmente, no âmbito social. As experiências internacionais demonstram que a reforma agrária foi fundamental para melhoria da agricultura familiar e, sendo assim, contribuiu de uma forma positiva para a redução da pobreza no campo, proporcionando maior inserção social, maior ganho de renda e de produção de alimentos.

1.3 Urbanização

O processo de urbanização no Brasil iniciou-se a partir da década de 1950 e, grande parte desse fluxo migratório, saiu do campo em direção as grandes cidades do país. Isso ocorreu devido às condições econômicas de subsistência do campo para as camadas de baixa renda e à mecanização, que tirou vários postos de trabalho no meio rural, ocasionando no deslocamento da população. Cano (2000, pág.97) constatou que, em 1960, a população rural representava 55% da população total e, durante o período de 1950-1960, o crescimento da população urbana correspondeu por 2/3 da expansão demográfica nacional, sendo que, o principal fator que contribuiu para esse aumento, estava relacionado ao êxodo rural e às migrações inter-regionais. Araújo (2009: 34) aponta, por exemplo, que a cidade de Recife registrava 500 mil habitantes em 1950; duas décadas depois, 1,1 milhão de habitantes⁴. De acordo com a autora, tal fenômeno é observado em todo território nacional e, no Nordeste, não foi diferente.

Inseridas nesse contexto, as regiões que presenciaram o maior fluxo migratório foram Norte e Nordeste do Brasil, o que ocorreu devido às condições de vida da grande maioria da população, em situação de vulnerabilidade social. Diante do processo de industrialização no Brasil, que foi liderado pelo Centro-Sul, essa região detinha as melhores condições de emprego e fornecia melhores condições de vida para a população – atraindo, portanto, contingentes populacionais de regiões em crise. Cano (2007) reitera que o atraso agrícola atrelado a uma forte concentração da terra, impulsionou o fluxo migratório em direção às grandes cidades do país. Observou-se que essa conjuntura favoreceu a entrada de novos imigrantes em São Paulo, no período de 1940 a 1970; entraram nessa região cerca de 2,5 milhões de brasileiros não paulistas: 81% eram mineiros e nordestinos e esse fato consolidou São Paulo como principal receptor de imigrantes nacionais.

⁴ Sobre o processo de urbanização no Brasil e o crescimento das cidades, ver o trabalho de Santiago (2014), no qual a autora destaca o impacto do fluxo migratório no meio ambiente.

Como já destacado no decorrer do processo de industrialização, o Centro-Sul teve maior vantagem em comparação ao Nordeste, em virtude da contribuição das exportações do café, que possibilitaram o financiamento do processo de industrialização na economia brasileira. Cano (1988) nota que, no centro dominante (SP) e na sua fronteira próxima (Sul e Centro-Oeste), houve um avanço de modernização e agroindustrialização em maior escala, que repercutiram na dinâmica de geração de empregos urbanos, seja na indústria, nas atividades terciárias interdependentes como o comércio, finanças, transportes, armazenagem, seguros, ou reparações mecânicas; ou seja, nessas condições temos o efeito multiplicador da economia no entorno dessas regiões, gerando empregos, renda e, portanto, atraindo contingentes populacionais.

No que tange ao processo de industrialização do Centro-Sul, do ponto de vista do emprego industrial, São Paulo concentrou grande parte, enquanto no período de 1949-1959 o Nordeste, por exemplo, apresentou taxa negativa de crescimento nesse quesito, conforme destacado por Cano (1983, pág. 54). Isso contribuiu para o avanço da migração para outras regiões e, de modo geral, houve dois efeitos no processo de urbanização: o primeiro deles é à saída da população rural em direção às cidades e o segundo é a migração inter-região, ou seja, a população migrando em direção a outras regiões do país. Cano (2007) constata que o Nordeste, até 1970, havia perdido 14,4% de sua população e, em 1980, esse número saltou para 17,9%. Segundo o autor, fatores como a piora da condição do campo, atrelados ao baixo desenvolvimento econômico da região, favoreceram esse fluxo.

Então, de um modo geral, nota-se que uma agricultura mais moderna e principalmente mais dinâmica, juntamente com uma estrutura industrial mais completa, consegue promover uma melhora na interdependência estrutural técnica e econômica e, portanto, ocupacional, entre os setores primário, secundário e terciário, dinamizando assim um processo de urbanização. A forma de desenvolvimento da agricultura paulista, se comparado com a restante do país, possibilitou um maior desenvolvimento em relação às demais regiões; com isso, tivemos as maiores taxas de crescimento da população urbana onde se processavam as maiores transformações em termos econômicos: São Paulo (4,8% anual), Paraná (7,6%) e Centro-Oeste (7,0%), enquanto as demais regiões, em conjunto, cresceram à taxa de 4,3%, conforme ressaltado por Cano (2011).

Do ponto de vista das condições de renda no setor urbano, à medida que as cidades registraram um grande aumento populacional, ocorreu perda nos níveis de salários⁵. No tocante à infraestrutura, as cidades cresceram sem oferecer as condições adequadas e, dessa forma, começaram a surgir os conjuntos de habitações precárias, contribuindo para o aumento da pobreza e das condições sociais da população de baixa renda, ocasionando uma precarização da vida nas cidades, conforme destacado por Araújo (2009: pág. 34).

O processo de urbanização no Brasil não ocorreu de uma forma planejada: fora do controle da esfera estatal, o próprio Estado criou essa condição a partir do momento em que não realizou a reforma agrária e não deu atenção à questão do desenvolvimento regional. Com isso, tivemos a criação de vários problemas decorrentes do fluxo migratório.

1.4 Nexos sociais

O processo de urbanização no Brasil não ocorreu de forma eficiente, uma vez que houve um grande fluxo migratório para as cidades do Centro-Sul do país - sendo São Paulo e Rio de Janeiro as que mais receberam esse contingente – diante das suas condições de oferta de emprego. Cano (2007, pág. 78) destaca o percentual superior a 2,7 milhões de migrantes ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980 e início de 1990. Destaca ainda que essas cidades mesmo sem a infraestrutura adequada, passaram a abrigar milhares de pessoas em seu entorno, contribuindo para o surgimento da conurbação.

Ribeiro e Vargas (2015) observaram que o processo de urbanização está relacionado às migrações internas, das regiões mais pobres para as mais industrializadas; em relação ao Brasil, em 2010, 17% das pessoas do Sudeste tinham nascido em outros estados, enquanto no Nordeste, só 7% nasceram em outros estados e esse número demonstra o efeito do fluxo migratório no Brasil. Com o avanço do processo de industrialização da economia brasileira, as cidades passaram a receber um grande contingente populacional e isso implicou em algumas consequências sociais para os moradores das cidades, como por exemplo, a carência de habitação, de saneamento básico,

⁵ Sobre o nível de renda nas regiões metropolitanas, existe um importante debate em torno da desigualdade de renda e nível educacional. Sobre essa questão é importante ler o Artigo "Os indivíduos e as desigualdades regionais de renda no Brasil", Nazareno (2016). Disponível.

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3208&catid=29&Itemid=34

modificação das paisagens naturais, surgimento das favelas, entre outros.

Cano (2007, pág. 91) notou que outra consequência desse processo é a subida substancial do número de pobres que vivem nas cidades em condições subumanas. Além disso, há os problemas de saúde, que são derivados dessas ocupações sem a estrutura adequada. Dados de 1980 demonstram que cerca de 89% dos domicílios das regiões Norte e Nordeste não contavam com rede de esgoto, o que agravava ainda mais a situação social da região. Em decorrência disso, era comum observar o surgimento de doenças como cólera, amebíase, entre outras, quadro este que reforça ainda mais a necessidade de atuação do poder público nessas regiões.

Ribeiro e Vargas (2015) destacam que a urbanização trouxe um enorme crescimento no número de domicílios particulares e, essas moradias, demandam infraestrutura e serviços de saneamento que quase nunca são suficientes para atender a população. Observaram ainda, que em 2010, havia no Brasil 6.326 aglomerados subnormais⁶, com 3,2 milhões de domicílios. Além disso, destacam que as ocupações precárias são ocupadas em áreas de preservação ambiental, fundos de vale, margens de lagos ou represas, encostas, entre outros. No Brasil, 47% dos domicílios subnormais estavam em áreas de acentuado ou moderado risco, 146 mil domicílios subnormais estavam às margens de córregos ou rios e mais de 10 mil em áreas de preservação ambiental em 2011; além de essas moradias oferecerem riscos à população, elas contribuem para a deterioração do meio ambiente, provocam impactos e ainda tem como consequência o desenvolvimento de doenças.

Do ponto de vista educacional, a região Nordeste, junto com o Norte, nos últimos anos pouco evoluiu, estando entre as regiões com os piores indicadores sociais e educacionais, o que demonstra a fragilidade dos estados em melhorar esses indicadores. Para que a região possa sair dessa situação de vulnerabilidade educacional, torna-se necessário uma forte atuação do poder público. O Nordeste só reverterá esse quadro diante de muito esforço por parte das autoridades, uma vez que os jovens e as crianças de baixa renda, em sua grande maioria, abandonam os estudos para se dedicar aos trabalhos formais ou informais e para ajudar no complemento de renda de sua família. Cabe reiterar que é preciso reverter essa situação e que uma das maneiras para vencer o subdesenvolvimento seria

⁶ Segundo a classificação do IBGE, Domicílios Subnormais significam áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros.

através do aperfeiçoamento do desenvolvimento da mão de obra futura; sendo assim, investir em educação é um dos caminhos para diminuir a desigualdade social no país, conforme destacado por Carleial (2009).

Desse modo, vale ressaltar que o Estado basicamente não irá se resumir apenas em priorizar o aumento do crescimento do PIB. Torna-se necessário preocupar-se com as questões das disparidades regionais entre os Estados brasileiros e é indispensável avaliar uma forma de desenvolvimento equilibrado, em que regiões como o Norte e Nordeste passem a ser protagonistas no cenário nacional. Araújo (1999) conclui que a descentralização de políticas públicas são elementos chaves, que criam oportunidades para o desenvolvimento de uma política nacional e regional no Brasil. A implantação de programas como o Bolsa Família, tem como objetivo reduzir a desigualdade social e melhorar o nível de renda de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Paralelamente a isso, os programas sociais ajudam a distorcer os efeitos causados pelo processo de industrialização da economia brasileira, movimentando renda em regiões com alto índice de desigualdade e pobreza. O papel das instituições é fundamental para a elaboração e aplicação de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico, humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres (PERROUX *apud* LIMA E SIMÕES, 2010: pág. 07).

Assim, a partir dessa discussão, podemos indicar que, uma vez que não ocorreu um processo de desenvolvimento autônomo da região Nordeste, a partir de sua industrialização ou do incentivo a outros setores altamente dinâmicos, a região apresenta elevados níveis de desigualdade social ao longo da história. Tais aspectos apontam para a necessidade de intervenção da esfera pública, no sentido de tentar reduzir os efeitos da desigualdade de renda e da pobreza, o que justifica a aplicação de programas sociais, dentre os quais os de distribuição de renda.

2. O programa Bolsa Família e o Nordeste

2.1 Contextos Históricos das políticas sociais.

O debate sobre política social no Brasil sempre esteve presente na nossa história, mas em momentos distintos. Ao longo das últimas décadas, percebe-se um acirramento sobre essa temática, principalmente após a Constituição federal (CF) de 1988. Castro (2012) aponta que o debate em torno desse assunto pode ser dividido em períodos diferentes: de 1930 a 1964, o autor demonstra que houve alguns avanços em relação aos programas na área de saúde e educação, devido à expansão do atendimento da rede pública. Ao longo de 1964 até 1988, a proteção social estava apoiada na capacidade contributiva dos trabalhadores, o que de fato reproduzia as injustiças e desigualdades predominantes na sociedade brasileira. Não existia a garantia de benefícios sociais básicos a todos os indivíduos, independentemente de participarem ou não do processo de produção.

Ainda segundo o autor, a CF/1988 tinha, como um de seus propósitos, construir uma sociedade livre, justa e solidária, que combatesse a miséria, a marginalização, reduzisse as desigualdades regionais e promovesse o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. Indo na mesma direção, Fagnani (2017) destaca que, nesse período, ocorreu a inauguração de um ciclo de construção e afirmação embrionária da cidadania no Brasil, sendo um momento histórico, pois, pela primeira vez, desenhou um sistema de amparo social inspirado em alguns valores do estado, como a universalidade, seguridade e o direito.

A luta pela conquista dos benefícios sociais foi um processo que ganhou impulso a partir de 1970, pela ação das forças que lutavam contra a ditadura militar instaurada no país após o Golpe de 1964. Movimentos sociais, estudantis e a Igreja Católica lutavam pela melhoria do país e pela ampliação do espaço democrático; enquanto isso, no cenário externo, a crise internacional de 1982 ampliou a vulnerabilidade do país, o endividamento aumentou e fez com que houvesse uma pressão inflacionária. Essa situação colocava o Estado brasileiro no centro de tudo e, como consequência, houve perda do comando da política econômica e da iniciativa do crescimento. Deste modo, o papel da proteção social coincidiu com o esgotamento do papel do Estado mais forte, ou seja, as sucessivas crises internacionais desarticularam a busca pela ampla reforma e, com isso, a Constituição de

1988 era incompatível com agenda de Estado Mínimo, conforme destacado por Fagnani (2017).

Partindo dos princípios da Constituição Brasileira, percebe-se que ela oferecia a defesa dos direitos sociais, mas, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), ocorreu um movimento contrário a essas garantias, como pôde ser notado por Fagnani (2017, pág. 25).

Compreendem as investidas visando desfigurar a Seguridade Social; o Orçamento da Seguridade Social; o Plano de Benefícios, Custeio e Organização da Previdência Social; a Lei Orgânica da Saúde (LOS); o veto integral ao Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); as contramarchas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE); as novas distorções no financiamento do Seguro Desemprego; e os desvios na regulamentação do artigo 8º da Constituição Federal (referente aos direitos trabalhistas e à organização sindical).

Sobre o papel do Estado e a política macroeconômica adotada, Fagnani (1999) argumenta que havia uma incompatibilidade entre o ajuste fiscal e a estratégia de desenvolvimento social, pois o primeiro dificultava a ampliação dos gastos públicos e, com isso, ocorria uma má prestação na qualidade dos serviços; exemplo disso eram os hospitais públicos que tinham longas filas de espera e mau atendimento. Temos então dois movimentos importantes após a criação da CF: o primeiro deles é a falta de atuação do Governo, pois com as medidas neoliberais adotadas após a década de 1990, retirou-se a autoridade do Estado brasileiro em cumprir o estabelecido na Constituição e, sendo assim, para que o projeto social fosse seguido, era necessária maior atuação, ou seja, o avanço nacional não ia de encontro com as medidas fiscais defendidas por grande parte das elites brasileiras, conforme observa Fagnani (2017). No segundo momento, a gestão Collor foi caracterizada pela obstrução dos novos benefícios sociais adquiridos. No campo da política, houve perdas e não avanço na qualidade dos serviços prestados, conforme constatado por Castro (2012).

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 1998, temos uma continuidade no modelo de desenvolvimento econômico, pautado no modelo neoliberal: o Estado brasileiro passa a seguir a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na visão de Calixtre e Fagnani (2017), a estabilização da taxa de inflação cobrou um preço alto, pois houve restrição ao crescimento econômico, endividamento crescente e, no mundo do trabalho, percebeu-se uma deterioração do mercado, aumento da informalidade na década de 90, fragilização financeira e institucional das políticas sociais.

Referente a esse período, Fagnani (2017) salienta que o foco nos pobres era a única política possível para o Brasil, uma vez que atendia o interesse da agenda liberal, pois teria um custo financeiro baixo - menos de 0,5% do PIB e ainda satisfaria a vontade do mercado privado, possibilitando a ampliação da oferta de serviços para os não pobres (que, segundo ele: aqueles que recebem mais de 1 US\$ por dia). O autor complementa, ainda, que esse período foi marcado pela fragilização das políticas urbanas e avanço das privatizações nas áreas social, saneamento, mobilidade, saúde, previdência e educação.

Indo na direção contrária, Camargo (2004) argumenta que como os recursos são escassos, a definição do grau de abrangência dos programas sociais está diretamente relacionada à escolha da prioridade que o Governo deve adotar: quanto mais amplo for o sistema de proteção, menores serão os investimentos destinados aos grupos menos favorecidos da população, pois, quanto menor a relação entre disponibilidade desses e abrangência dos programas, menores são também as chances de se atingir os objetivos e, caso o governo adote uma postura de ampliá-los, isso terá reflexo na qualidade dos serviços prestados à população. Por outro lado, se o objetivo for apenas o foco nos necessitados, seguindo a linha de raciocínio do autor, as chances de se alcançar os objetivos aumentam, pois haverá direcionamento apenas aos indivíduos que realmente precisam de ajuda do Estado⁷.

Dito isso e analisando a relação do Estado brasileiro com o projeto social, percebe-se que as políticas ortodoxas adotadas durante a década de 90 inibiram seu avanço, uma vez que era necessário que o governo brasileiro adotasse medidas de ajustes fiscais como: controle dos gastos públicos e estabilização da taxa de inflação; observa-se, então, que durante o primeiro e segundo mandatos de FHC, a parte social foi pautada apenas no avanço das medidas assistenciais. Pereira (2012) destaca que os rumos dos benefícios sociais no Brasil não estão imunes às influências internacionais, ou seja, as expansões dos programas do Estado brasileiro para investimento nesse campo acabam sofrendo influência internacional.

Gough apud (Pereira 2012, Pág. 25) destaca que o foco principal da política social ‘migrrou ostensivamente das necessidades humanas para as do capital privado, ou seja, está

⁷ Existe um debate importante que trata dos programas sociais, uma ala defende programas focalizados nos mais pobres, enquanto a outra defende a universalização dos programas sociais. Sobre essa questão ver o trabalho Mega (2013) e Alvarenga (2011).

voltado para atender ao lucro e aos interesses do mercado que o compõe”. Isso demonstra que a medida universalista adotada pelos governos nos programas sociais acaba interferindo no mercado privado, à medida que os serviços públicos são expandidos, maior será a parcela da população atendida e isso, de certa forma, abre uma concorrência com o mercado privado, que tem uma tendência contrária a essas diretrizes.

Durante o segundo mandato de FHC (1999 a 2002), a estratégia adotada foi o foco na população mais carente e a busca pelo equilíbrio entre política social e econômica; sendo assim, os desafios para a expansão dos benefícios sociais estiveram sempre atrelados à agenda econômica do governo e houve poucos avanços no contexto social, na visão de Fagnani (apud Pereira 2012, pág. 15). Tratando dessa questão no Brasil, o retrato dessa política é configurado da seguinte forma:

Uma sociedade que nunca conseguiu vencer, como fizeram várias nações capitalistas do ocidente, a polarização entre ricos e pobres; as deficiências estruturais e acumuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, qualificação dos trabalhadores desempregados e subempregados; e problemas crônicos nas áreas da infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, transporte), da reforma agrária e das políticas de emprego e renda.

Baseando-se nessa vertente, o governo de Fernando Henrique Cardoso, nos seus dois mandatos, buscou privilegiar políticas monetárias, cambiais e fiscais implícitas no seu plano real e, diante disso, o Brasil voltou a ostentar elevados índices de desemprego formal, diminuição do salário, elevação da carga tributária, presenciou uma forte privatização das empresas públicas e refinanciamentos das políticas sociais, conforme observa Pereira (2012). Houve também uma forte rejeição a governos voltados ao centro-direita. Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições para Presidente do país e, com sua eleição, voltaram as expectativas de renovação no campo social. Lula assumiu o posto em janeiro de 2003, iniciando seu primeiro mandato à frente do Brasil.

De janeiro de 2003 a dezembro de 2006, houve grande insegurança política por parte do mercado financeiro⁸; entretanto, com a carta ao povo brasileiro, essa questão foi deixada

⁸ Essa informação pode ser checada no endereço: <https://oglobo.globo.com/economia/em-2002-dolar-chegou-r-399-14088329>

de lado e o partido dos trabalhadores pôde governar o país⁹. Do ponto de vista econômico, o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva foi marcado pela continuação das políticas ortodoxas dos anos 90, ou seja, tivemos a continuação do tripé macroeconômico, que consistia na meta de inflação, câmbio flutuante e superávits fiscais. Sendo assim, a continuidade da ortodoxia limitava o avanço das políticas sociais no país, conforme constatado por Fagnani e Calixtre (2017).

O segundo mandato de Lula (2007 a 2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2014) foram marcados pela crise financeira internacional. O governo brasileiro mudou sua estratégia no âmbito econômico, o que, de fato, acabou tendo reflexo no campo social. O crescimento econômico voltou a ter espaço na agenda econômica do governo federal, com o objetivo de evitar uma recessão no país; os bancos públicos e as empresas públicas passaram a adotar medidas anticíclicas para aquecer a demanda interna e, atreladas a essas, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Do ponto de vista dos bancos públicos, houve uma expansão no volume de empréstimos; para termos ideia, no período de 2003 a 2012 o crédito praticamente dobrou: saiu de 24% do PIB para 51%. Como reflexo dessa expansão, houve melhora nos indicadores macroeconômicos, expansão dos gastos sociais e expansão do mercado de trabalho, o que se traduziu em melhoria nos indicadores, conforme destacado por Fagnani (2017).

Além disso, nesses dois períodos, houve ascensão no mercado de trabalho, grande geração de empregos formais, diminuição da taxa de desocupação, elevação da renda do trabalho e, aqui, cabe destacar a política de valorização do salário mínimo, com aumento de renda e grande expansão no consumo das famílias, o que proporcionou um upgrade no mercado interno. Reconhece, ainda, que esses fatos foram determinantes para a melhoria dos números sociais como: distribuição da renda do trabalho, mobilidade, consumo das famílias e principalmente redução do nível de pobreza, ou seja, primeira vez na história do Brasil que o país saiu do mapa da fome¹⁰. O modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir de 2007 caminhou no sentido contrário aos outros modelos econômicos estabelecidos após a década de 1990, principalmente devido ao ganho de renda das classes mais baixas, pois

⁹ Sobre a carta aos brasileiros ver no endereço abaixo:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

¹⁰ Conforme demonstra a reportagem; <https://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/>

houve, de fato, uma melhoria no campo social; entretanto, após 2014, houve esgotamento desse modelo, o que ocasionou no processo de impeachment, em 2016, da Presidente Dilma Rousseff, como observou Fagnani (2017).

Conclui-se que, após o período de redemocratização do Brasil, o compromisso com as políticas sociais firmado na Constituição Brasileira de 1988 não teve o devido respeito, uma vez que elas precisariam estar atreladas aos interesses das políticas fiscal e monetária. Percebe-se que, no período de 1990 até 2007, o Brasil presenciou a continuidade dos modelos ortodoxos, pautados diretamente nas agendas de ajuste fiscal, controle de gastos, de moeda e a diminuição do Estado. Sendo assim, no campo social, verifica-se que na universalização dos direitos sociais o Brasil pouco avançou. Esse paradigma só mudou após a crise financeira internacional e, desta forma, o que ganhou destaque foi a implementação das políticas assistencialistas, focadas na população carente.

2.2 Políticas de transferência de renda e o Programa Bolsa família (PBF)

Durante o período de 1993 a 2002, constata-se que, no Brasil, o debate em torno das questões sociais não ganhou o devido destaque, uma vez que a condução da política macroeconômica, de cunho mais liberalizante, não permitiu seu avanço. Tal estratégia resultou no aumento da crise social, provocado, acima de tudo, pela política do Plano Real que, por sua vez, ocasionou uma desorganização no mundo do trabalho. Cabe destacar que as políticas monetária, cambial e fiscal praticadas nesse período provocaram impactos negativos nas finanças públicas, influenciando no gasto social, como destacado por Fagnani (2011). No Brasil, foi só a partir de 1991 que o debate em torno de um programa de transferência de renda entrou na agenda pública, segundo Silva (2007).

Um dos primeiros autores a trazer o debate a público foi o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse tema ganhou corpo e forma ao longo da década de 1990, principalmente visando uma transferência monetária para a população mais pobre do país, através da lei n.80/1991, que propunha o programa de renda mínima. De certo modo, a estratégia não era uma ideia exclusiva do Brasil, pois países desenvolvidos também adotavam essa medida na área social, como observado por Fagnani (2017) e Silva (2007). Rocha (2005) esclarece que as transferências de renda voltadas para o assistencialismo não eram uma novidade para o Brasil, pois desde a década de 1970,

eram mantidos programas assistenciais que beneficiavam idosos e portadores de deficiência de baixa renda.

A década de 1990 é um marco para as políticas de transferência de renda, uma vez que o debate se prolongou. Percebeu-se, nitidamente, a criação de novos programas de assistência social, voltados para o público de baixa renda no país, que passaram a ser considerados como política de direito do cidadão. As primeiras experiências ocorreram em âmbito municipal, durante o ano de 1995, nas cidades de Santos (São Paulo), Campinas, Ribeirão Preto e Brasília (Distrito Federal). Em 1997 e 1998 as cidades de Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Catanduva, Ferraz de Vasconcellos, Franca, Guaratinguetá, Guariba, Goiânia, Jaboticabal, Jundiaí, Mundo Novo, Limeira, Osasco, Ourinhos, Paracatu, Piracicaba, Presidente Prudente, Santo André, São Francisco do Conde, São José do Conde, São José dos Campos, São Luiz, Tocantins e Vitória criaram algum tipo de benefício de transferência de renda, conforme destacado por Lavinias (Apud Soares e Sátyro, 2009).

A expansão dos programas de transferência de renda passou a atingir a esfera federal somente a partir de 2001, com a criação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação que, juntos, passaram a alcançar os 5561 municípios brasileiros: pela primeira vez, na história do Brasil, tivemos a criação desses programas focados no público mais pobre. O programa Bolsa Escola beneficiava famílias de baixa renda, com crianças entre 6 a 15 anos, enquanto o Bolsa Alimentação atendia crianças de até sete anos de idade. O critério utilizado para obter esses benefícios era renda per capita abaixo de meio-salário mínimo e o pagamento era feito mensalmente através de um cartão magnético. O benefício era de R\$15,00 por criança, limitado a três benefícios, ou seja, R\$45,00 por família. Ainda havia o auxílio gás, que tinha como objetivo direcionar para a população de baixa renda a flutuação do preço desse produto, porém, em 2001, houve descontinuidade desse programa, conforme destacado por Rocha (2004) e Silva (2007).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em janeiro de 2003, erradicar a pobreza era uma das bandeiras do novo governo e o primeiro programa social destinado aos mais carentes foi lançado no mesmo período: Programa Fome Zero, que incorpora uma série de programas sociais pré-existentes, alguns do governo de FHC e os outros municipais. Seu objetivo envolvia mudanças em nível ministerial e, certamente,

pretendia reverter a imagem de fracasso das políticas sociais antecessoras, conforme dito por Rocha (2004).

O objetivo era diminuir a desigualdade social no Brasil, reduzindo a pobreza. O governo argumentava que as políticas sociais eram importantes mecanismos para enfrentamento da pobreza, desde que fossem articuladas com a política macroeconômica do país (Silva, 2007). No entanto, o que se observou é que o cenário econômico não favorecia o governo brasileiro para adoção de medidas nesse âmbito, uma vez que predominava a incerteza em torno do governo. Nessa situação, era conveniente aguardar a adoção de medidas de cunho mais ortodoxo, com objetivo de “acalmar” os mercados. Durante os dois primeiros anos do Governo Lula, notou-se que a estratégia social era destinada ao combate à fome e que o Programa Fome Zero era a principal política, conforme constatado por Fagnani (2011). No entanto, em outubro de 2003, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF foi criado em substituição aos programas já existentes, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação (Silva, 2007). Foi destacado como o principal projeto de distribuição de renda no Brasil e instituído em outubro de 2003, mediante medida provisória 132 que, logo após, foi alterado para a lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Atualmente, o programa atende mais de 46 milhões de famílias em todo o território nacional¹¹, beneficiando cidadãos em estado de extrema pobreza (estabelecida como renda mensal per capita inferior a R\$70,00) e famílias em situação de pobreza (estabelecida com renda mensal per capita entre R\$ 85,01 e R\$170, 00), conforme observado por Fagnani (2017).

O projeto foi criado com o objetivo de combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional, promovendo o acesso das famílias carentes a serviços públicos como educação, saúde, inclusão social, apoio ao desenvolvimento de famílias em situação de extrema pobreza; combate à desigualdade e união dos diversos órgãos na superação dessas condições, conforme consta em sítio oficial do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS¹²).

¹¹ A crise econômica que o Brasil vem enfrentando tem aumentado o número de beneficiário do programa, como pode ser constatado no endereço abaixo; <http://legado.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia>

¹² Visualizado em <http://bolsa-familia.info/>

Para ter acesso a esse benefício, o cidadão brasileiro precisa atender os requisitos exigidos. Crianças e adolescentes (entre seis e 15 anos) devem estar regularmente matriculados na escola, com frequência de no mínimo de 85% da carga horária. No tocante à saúde, as gestantes devem se inscrever no pré-natal e comparecerem às consultas na unidade mais próxima de sua residência, participando das atividades disponibilizadas. Para as crianças de até sete anos de idade é necessário que os pais as acompanhem até a unidade de saúde mais próxima e mantenham o cartão de vacinação em dia, para supervisão do estado nutricional e de desenvolvimento (importante mensurar peso e altura das crianças), conforme destacado por Medeiros, Britto e Soares (2007).

Uma das principais críticas ao PBF é que ele pode deixar o indivíduo acomodado quanto à procura de emprego, ou seja, as transferências de renda desestimulam a procura por trabalho, tornando as pessoas “preguiçosas”¹³. Penso diferente, pois uma vez que existem regiões no Brasil onde a dinâmica econômica não atrai investimentos e, além disso, há municípios com pouca oferta de bens e serviços (o que impacta o mercado de trabalho da região), resta à população apenas o benefício do PBF. É comum observar esse tipo de situação em regiões ribeirinhas no Amazonas e na região Nordeste¹⁴, onde se concentram grandes volumes de pessoas carentes. Sendo assim, pensar que o programa torna as pessoas acomodadas é uma ideia pautada em preconceito. Trabalhos de Medeiros, Britto e Soares (2007) demonstram que o famoso efeito “preguiça” que o PBF gera na população é uma verdadeira falácia¹⁵. Segundo os autores, estudos realizados com dados do IBGE, demonstram que famílias que tem acesso ao programa, trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar per capita similar ou superior.

Em suma, o programa foi criado com o objetivo de diminuir a pobreza no país, através da transferência de renda para a população necessitada; reduzir a desigualdade

¹³ Sobre essa questão o próprio Presidente na época Luís Inácio Lula da Silva rebateu os críticos ao programa em matéria publicada em 31/07/2009, ver em; <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1250902-5601,00-LULA+CHAMA+DE+IMBECIS+E+IGNORANTES+CRITICOS+DO+BOLSA+FAMILIA.html>

¹⁴ Essa informação pode ser checada no endereço abaixo; <http://portalamazonia.com/noticias/estados-da-amazonia-lideram-na-pobreza-do-pais-diz-ibge>

¹⁵ Cabe destacar que atualmente o programa bolsa família tem servido como um seguro desemprego, dado a piora de vida das famílias e principalmente após a crise econômica de 2014 que afeta milhões de brasileiros, entretanto o fato da população estar recebendo o benefício, não impede o trabalhador de correr atrás de emprego, como demonstra a reportagem; <https://oglobo.globo.com/economia/bolsa-familia-vira-novo-seguro-desemprego-cresce-em-cidades-ricas-23965660>

social no país era uma das bandeiras do governo do Partido dos Trabalhadores. Percebe-se que, ao longo desses anos, o BF foi ampliado e conseguiu beneficiar uma significativa parcela da população brasileira.

2.3 Reflexos na Pobreza e na Desigualdade social

A desigualdade de renda é um problema que atinge o mundo todo e, no Brasil, tal fenômeno não é diferente, pois é um país com elevado índice de desigualdade de renda, tendo como consequência o surgimento da miséria. Durante as décadas de 1980 e 1990, a América Latina observou um grande avanço na piora das condições sociais da população e isso ocorre, em grande parte, devido à condução da política macroeconômica de cunho mais neoliberal, sendo que o impacto dessas medidas foi a persistência da pobreza e o aumento significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. A princípio, são inseridas nesse cenário as políticas de distribuição de renda, que ganham destaque no contexto da América Latina e Brasil (Marques, 2013). Sobre a política econômica (Medeiros, Brito e Soares, 2007) observam que o impacto indireto das políticas monetárias é relevante para todos, uma vez que os pobres se beneficiam da estabilidade de preços.

Sobre a desigualdade social no Brasil, a situação é mais grave, se compararmos com os países desenvolvidos. Em relatório recém-publicado, a (Oxfam, 2017) destaca que seis pessoas no Brasil possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. A situação piora quando se observa que os 5% mais ricos dispõem da mesma fatia de renda que os 95% da população, ou seja, existem dois extremos no Brasil: uma parte concentra grande parte da riqueza do país, enquanto a outra possui baixo volume de recursos financeiros.

É justamente nesse cenário que políticas públicas voltadas para área social são criadas, com o objetivo de diminuir a discrepância de renda. O PBF foi desenhado com o propósito de corrigir esse quesito no Brasil e, assim, Barros (2010) observou que, ao longo dos últimos anos, houve queda acentuada na desigualdade social e diminuição nos níveis de pobreza, principalmente após 2003, quando foram apresentadas ampliações dos programas de distribuição de renda. Vale destacar que a queda no indicador de desigualdade social tem relação com a estabilização da economia brasileira após 1994, o que permitiu o controle da inflação. Outra observação importante é que, durante o período de 2001 a 2007, esse grau de

desigualdade no Brasil diminuiu de forma aguda. O coeficiente de Gini, que mede esse indicador, diminuiu 7%, deslocando de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007. Pereira (2012) constata que no início do segundo mandato para Presidente da República, Lula retirou 28 milhões de brasileiros que se encontravam na linha da pobreza, levou 36 milhões à classe média e reduziu para 8,5% (16,27 milhões) o número de brasileiros em estado de pobreza absoluta ou de miséria. Durante o período de 2002 a 2010, a taxa de desemprego caiu de 12% para 5,7% da população econômica ativa.

Neri (2017) e Oxfam (2017) apontam que uma das principais metas do Brasil era cumprir os objetivos do desenvolvimento do Milênio da ONU, reduzindo a miséria em 50% no período de 1990 a 2015. O Brasil conseguiu alcançar esse parâmetro e o percentual de pobreza reduziu de 36,6% para 10% da população, uma queda de 72,7%, superando as metas estabelecidas pelas Nações Unidas e, além disso, retirou 28 milhões de pessoas da pobreza. Fatores como a estabilidade da economia, taxa de inflação, política de valorização do salário mínimo, formalização do mercado de trabalho, gastos com educação e as transferências de renda, contribuíram de uma forma positiva para a queda no nível de carência no país.

Mesmo após a queda desses indicadores, o país ainda apresentava elevada taxa de desigualdade social¹⁶. Levando em consideração todas as regiões do Brasil, o Nordeste é a que possui os maiores índices de pobreza e concentração de renda do país¹⁷. Um dos motivos disso está vinculado ao processo de desenvolvimento econômico do seu território. Historicamente, o Nordeste, juntamente com a região Norte do Brasil, apresenta os mais elevados índices mencionados anteriormente, levando o Governo Federal a concentrar seus esforços na busca de soluções para combatê-los, pois é onde há o maior volume de pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Esses esforços têm se intensificado ao longo desses anos, através dos programas de transferência monetária: Rocha (2008) destaca que foram eficientes para diminuir o índice

¹⁶ Após a crise Financeira e política no Brasil, após o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, perceber-se que houve um aumento nos índices de pobreza, conforme consta em reportagem abaixo. <https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992>

¹⁷ Durante o mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), houve uma redução na queda nos níveis de pobreza do país, como mostra reportagem abaixo; <https://oglobo.globo.com/politica/governo-lula-reduziu-pobreza-do-pais-em-506-mostra-estudo-2775537>

de miséria, mas não são suficientes no combate à desigualdade. É necessário que o país avance no combate a essa mazela social, é indispensável a melhoria na educação, objetivando o aperfeiçoamento do capital humano. Soares e Sátyro (2009) destacam que o PBF foi uma política revolucionária, do ponto de vista das políticas sociais no Brasil e enfatizam sua importância no combate a essas questões sociais.

Fagnani e Calixtre (2017) observam que o Programa Nacional De Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Bolsa Família e o Programa Brasil sem Miséria, foram importantes mecanismos para a diminuição da desigualdade social e dos níveis de pobreza no país; prova disso, é a retirada de 30 milhões de pessoas da faixa de pobreza e outras 16 milhões da extrema pobreza, no período de 2003 a 2016 (um dos principais legados do governo do Partido dos Trabalhadores).

Do ponto de vista do PBF no Nordeste, Marques (2013) constata que, durante o ano de 2011, o programa teve um grande impacto nessa região, uma vez que houve concentração de 51,34% dos recursos destinados naquele ano. Isso demonstra que políticas como o PBF tem impacto direto nessa região, que é uma das mais carentes do país. Outro ponto positivo é observado por Soares et al (2010): queda no nível de desigualdade social no período de 1999 a 2009, atrelada à melhoria dos programas sociais.

Sendo assim, observa-se que a desigualdade social no Brasil permanece elevada, assim, programas como o BF contribuíram de uma forma direta para a retirada de milhões de brasileiros da fome e da Miséria. Políticas como o programa Bolsa família contribuem para redução da desigualdade social.

2.4 Revisão da Literatura sobre os impactos do Programa Bolsa Família

Barros, Carvalho e Franco (2007) procuram analisar o papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira, de 2001 a 2005, com o objetivo de decompor o impacto das rendas não derivadas do trabalho. Segundo os autores, a queda da desigualdade é decomposta em duas parcelas: a primeira decorre da renda do trabalho e a segunda é a que não deriva do trabalho, por exemplo, aluguéis, juros e dividendos, Programa Bolsa Família, entre outras. A metodologia utilizada parte de uma análise estatística, que busca desagregar todas as fontes de renda não derivadas do

trabalho¹⁸, utilizando a base de dados da Pnad e o estudo chega à seguinte conclusão: a desigualdade de renda brasileira começou a declinar de 2001 a 2005; a renda não derivada do trabalho cresceu dois pontos percentuais no total das famílias, puxada diretamente pelas transferências públicas e foi responsável por cerca de metade da queda na desigualdade total, segundo os autores. Além disso, o benefício de prestação continuada contribuiu para queda de 11% da desigualdade e o Programa Bolsa Família, juntamente com seus derivados, contribuiu 12%, ou seja, ambos foram responsáveis pela diminuição da desigualdade no Brasil, no período em questão.

Araújo, Alves e Basarria (2013) analisam o impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros, no período de 2004 a 2009. A metodologia utilizada pelos autores foi um estudo econométrico, com dados em painel de efeitos fixos e aleatórios. Nesse estudo foi possível analisar que o Programa Bolsa família foi estatisticamente significativa para redução da pobreza, contudo, ressaltam que do ponto de vista da desigualdade de renda, não foi possível apurar grandes mudanças, pois não houve variações significativas no decorrer dos anos analisados. Ressaltam ainda que a região Nordeste é a mais desigual quando comparada com as demais do país. Outra questão relevante é quando temos uma relação de crescimento econômico e intervenção pública, pois se percebe uma nítida melhora na vida da população brasileira de baixa de renda.

Hoffmann (2013) analisa as transferências de renda e desigualdade no Brasil entre 1995 a 2011, com o objetivo de verificar o papel desempenhado por diversos rendimentos domiciliares per capita, no processo de redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil. O autor buscar mensurar a importância do Programa Bolsa Família como contribuição na renda domiciliar per capita. Através da utilização de um método estatístico, com dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) e Pnad (Pesquisa nacional por amostra de domicílios), o autor buscar investigar os efeitos da renda. Para isso, utiliza um método de decomposição de fatores desagregados da renda declarada na pesquisa e, dito isso, consegue estimar como ocorreu a evolução desse parâmetro durante o período analisado. Conclui-se que existe uma relação negativa no rendimento do trabalho de militares e funcionários públicos estatutários, pois o estudo indica que esta parcela

¹⁸ Para os autores, renda não derivada do trabalho é: aluguéis, juros e dividendos; não governamentais – ajuda de moradores, outras pensões e aposentadorias e três referentes à governamentais – pensões e aposentadorias públicas, benefício de prestação continuada e programa bolsa família/correlatos.

contribuiu para aumentar a desigualdade e não a reduzir. Do ponto de vista do programa Bolsa Família, percebe-se que ele contribuiu de 15 a 20% na redução da desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, de 2001 a 2011¹⁹.

Neto e Azzoni (2013) analisam os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil, considerando o Programa Bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como importantes mecanismos na queda das desigualdades regionais. Eles ressaltam que ao separar a renda do trabalho por setor econômico, a pesquisa aponta o papel da recente desconcentração industrial na redução das disparidades regionais de renda nas unidades federativas do Brasil. Os autores realizam a decomposição da renda per capita dos estados, cujo objetivo é captar o impacto dos programas sociais federais de transferências de renda sobre a evolução da desigualdade regional entre 1995-2006. Utilizam os microdados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad) e realizam a decomposição dos níveis de renda de cada região do país. A metodologia adotada no trabalho foi de estimativas de reação (elasticidade) da desigualdade regional de renda, no que se refere às diferentes fontes de ganho, além da decomposição do mesmo; foi analisando o coeficiente de Gini e sua decomposição por unidade federativa. Os resultados obtidos na pesquisa apontam que a maior parte da desigualdade pode ser atribuída às dinâmicas de renda do trabalho nos setores industriais e serviços, favorecendo a diminuição da desigualdade regional. Do ponto de vista do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, os autores destacam que tais programas contribuíram de 9,3 a 15% na redução do índice de Gini da desigualdade regional no período.

Rocha (2007) analisa os novos programas de transferências de renda e seus impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. A autora tem como finalidade sistematizar algumas informações sobre os programas de transferência de renda, focalizados nos pobres, com base em informações de 2004. Ela estima o impacto sobre a desigualdade da cobertura de 100% da população do Programa Bolsa Família e, para isso, utiliza metodologia da pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD), de 2004. Concluiu que, embora reconheça que as transferências de renda tenham contribuído para a redução da desigualdade de rendimento

¹⁹ No estudo realizado, o Programa Bolsa Família foi inserido ao lado do Programa de Benefício de Prestação Continuada; por isso o ano de 2001.

entre 2001 e 2004²⁰, grande parte dessa queda se deve ao fato de melhoria na distribuição do rendimento do trabalho. Destaca que as transferências de renda dos novos programas sociais têm sido bem-sucedidas em beneficiar os mais pobres, devido ser programas focalizados nos mais pobres, porém à espaço para melhoria.

Denes, Filho e Komatsu (2016) realizam um estudo do Programa Bolsa Família, através dos impactos macroeconômicos e sociais dos programas de transferência de renda nos municípios brasileiros, especificamente o Programa de Prestação Continuada e o Bolsa Família. O objetivo do trabalho é analisar o efeito desses programas nos indicadores municipais de atividade econômica, educação e saúde. Para isso, realizam uma análise econométrica através das estimativas, controlando os efeitos fixos de municípios e tendências estaduais, com base de dados em painel, no período de 2004 a 2010, nos municípios brasileiros. Os resultados apontam que o PBF e BPC têm efeitos positivos sobre o PIB per capita municipal, sendo o impacto maior no setor de serviços. Sobre a renda e a pobreza, o estudo concluiu que o PBF apresenta efeitos no sentido de aumentar a renda domiciliar, reduzir a pobreza e desigualdade. Já o BPC, apresenta impacto negativo sobre a desigualdade. Do ponto de vista dos indicadores em educação, o PBF possui efeitos positivos sobre a frequência escolar; já o BPC apresenta efeitos negativos nesse mesmo parâmetro; o PBF tem efeitos positivos sobre a taxa de vacinação de crianças e jovens ao longo desses anos.

Freguglia, Kern e Vieira (2018) procuram investigar os impactos do PBF na oferta de trabalho de beneficiários de 18 a 69 anos no Brasil e grandes regiões, analisando diretamente os setores formal e informal. Foi utilizado o método de diferenças em diferenças não linear, com balanceamento por entropia e, para isso, construído um painel de dados, longitudinal no nível de indivíduo, a partir dos dados da análise do impacto do Programa Bolsa Família I e Análise do impacto do Programa Bolsa Família II²¹. Após a coleta dos dados, foram realizadas as estimativas de impacto. O resultado do estudo indica que não há efeito do PBF sobre a probabilidade de trabalhar dos homens ou das mulheres, ou seja, a crítica realizada

²⁰ As transferências monetárias do governo, no tocante ao auxílio gás, Loas/Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e, posteriormente, o Programa Bolsa Família em 2004.

²¹ Foi criado com o propósito de avaliar o efeito do PBF sobre seus beneficiários, fazendo uma comparação com os não beneficiários em situação semelhante. Para o período analisado, já havia ocorrido duas rodadas, em 2005 e 2009, AIBF I e AIBF II.

ao PBF de que seria responsável por gerar dependência dos benefícios não se concretizou, dado o valor pequeno do benefício.

No Quadro abaixo é apresentado um resumo dos principais trabalhos analisados:

Quadro 1 – Revisão da literatura sobre os impactos do PBF

Objetivos	Método	Resultados	Referências
O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda Brasileiras. O objetivo de decompor o impacto daquelas não derivadas do trabalho, ou seja, públicas ou privadas.	Análise estatística, através do método de decomposição e desagregação.	A renda não derivada do trabalho foi responsável por cerca de metade da queda na desigualdade total	Barros, Carvalho e Franco (2007)
O impacto dos gastos sociais sobre os indicadores de desigualdade e pobreza nos estados brasileiros no período de 2004 a 2009.	Estudo econométrico com dados em painel com efeitos fixo e efeito aleatório.	O estudo foi possível analisar que o PBF foi estatisticamente significativo para redução da pobreza, mas, contudo, ressaltam que do ponto de vista da desigualdade de renda não foi possível apurar grandes mudanças.	Araújo, Alves e Basarria (2013)
Verificar o papel desempenhado por diversos rendimentos domiciliares per capita, no processo de redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil.	Estatístico, com dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) e Pnad (Pesquisa nacional por amostra de domicílios)	Relação negativa no rendimento do trabalho de militares e funcionários públicos estatutários. O PBF contribuiu de 15 a 20% na redução da desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita	Hoffmann (2013)
O objetivo é captar o impacto dos programas sociais federais de transferências de renda sobre a evolução da desigualdade regional entre 1995-2006.	Estimativas de reação (elasticidade) da desigualdade regional de renda, no que se refere às diferentes fontes de ganho, além da decomposição do mesmo.	Maior parte da desigualdade pode ser atribuída às dinâmicas de renda do trabalho nos setores industriais e serviços, favorecendo a diminuição da desigualdade regional. PBF e o BPC contribuíram de 9,3 a 15% na redução do índice de Gini da desigualdade regional no período.	Neto e Azzoni (2013)

Sistematizar algumas informações sobre os programas de transferência de renda, focalizados nos pobres, com base em informações de 2004.	Estima o impacto sobre a desigualdade da cobertura de 100% da população do Programa Bolsa Família e, para isso, utiliza metodologia da pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD).	Reconhece que as transferências de renda tenham contribuído para a redução da desigualdade de rendimento entre 2001 e 2004, porém grande parte dessa queda se deve ao fato de melhoria na distribuição do rendimento do trabalho.	Rocha (2007)
Analisar o efeito dos programas PBF e BPC nos indicadores municipais de atividade econômica, educação e saúde.	Análise econométrica através das estimativas, controlando os efeitos fixos de municípios e tendências estaduais, com base de dados em painel, no período de 2004 a 2010, nos municípios brasileiros.	O PBF e BPC têm efeitos positivos sobre o PIB per capita municipal. Sobre a renda e a pobreza, o estudo concluiu que o PBF apresenta efeitos no sentido de aumentar a renda domiciliar, reduzir a pobreza e desigualdade. Na educação, o PBF possui efeitos positivos sobre a frequência escolar. BPC apresenta efeitos negativos. Na saúde, PBF tem efeitos positivos sobre a taxa de vacinação de crianças e jovens	Denes, Filho e Komatsu (2016)
O objetivo é investigar os impactos do PBF na oferta de trabalho de beneficiários de 18 a 69 anos no Brasil e grandes regiões, analisando diretamente os setores formal e informal.	Método econométrico: diferenças em diferenças não linear com balanceamento por entropia e, para isso, construído um painel de dados, longitudinal no nível de indivíduo, a partir dos dados da análise do impacto do Programa Bolsa Família I e Análise do impacto do Programa Bolsa Família II.	O resultado do estudo indica que não há efeito do PBF sobre a probabilidade de trabalhar dos homens ou das mulheres.	Freguglia, Kern e Vieira (2018).

Fonte: Elaboração Própria.

Assim, percebe-se que o Programa Bolsa Família e seus impactos aparecem em uma ampla literatura. Os estudos analisados nestes trabalhos apontam que o programa Bolsa família contribuiu para reduzir a desigualdade social no Brasil e contribuiu para redução do nível de pobreza no país, demonstrando sua importância para as políticas sociais. Partindo desses pressupostos, analisaremos o efeito do programa na região Nordeste.

3. Pobreza e desigualdade na Região Nordeste na vigência do Bolsa Família

3.1 Características da região Nordeste

A região Nordeste é composta por nove Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio grande do Norte e Sergipe. Ao todo, a extensão territorial é de 1.554.257,00 quilômetros quadrados. Segundo dados do censo demográfico do ano de 2010, essa região, na época, contava com cerca de 53.081.950 habitantes, representando 28% da população brasileira. Hoje, se comparada ao resto do país, possui os maiores índices de pobreza e desigualdade de renda, segundo o relatório da Oxfam (2017). Uma pessoa residente no Maranhão ganhava, em média, 40% do salário de uma pessoa em São Paulo e apenas 27% do rendimento de uma pessoa no Distrito Federal.

Comparadas ao restante do país, as regiões Nordeste e Norte possuem os piores indicadores em termos de educação, saúde e pobreza. São carentes de investimento público e privado, pois falta emprego para a população e a mão de obra futura não está sendo preparada para o mercado de trabalho. Além disso, existe um grande número de evasões nas escolas públicas, atribuída à situação econômica das famílias, pois os jovens precisam trabalhar para ajudar no complemento da renda. Isso se deve também à infraestrutura das escolas, distância a ser percorrida para a casa e ao próprio desinteresse do aluno. O PBF pode contribuir para a formação dos jovens, uma vez que as famílias irão receber uma renda para manter seus filhos nas escolas e, como benefício, terão incentivos para atender aos requisitos estabelecidos.

A questão da desigualdade é uma realidade que atinge o mundo todo. Para termos ideia dessa dimensão, no mundo o 1% mais rico possui a mesma riqueza que os outros 99% da população e, enquanto isso, a pobreza atinge cerca de 700 milhões de pessoas no mundo, que vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia, segundo dados da Oxfam Brasil (2017). No Brasil essa realidade não é muito diferente: o mesmo relatório aponta que o país permanece sendo um dos piores do mundo em matéria de desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. O Nordeste é uma das regiões com os piores indicadores sociais, tanto de renda como de escolaridade, o que, de certa forma, contribui para o aumento da marginalidade e agrava os problemas dessa região. O programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de diminuir e erradicar a pobreza no

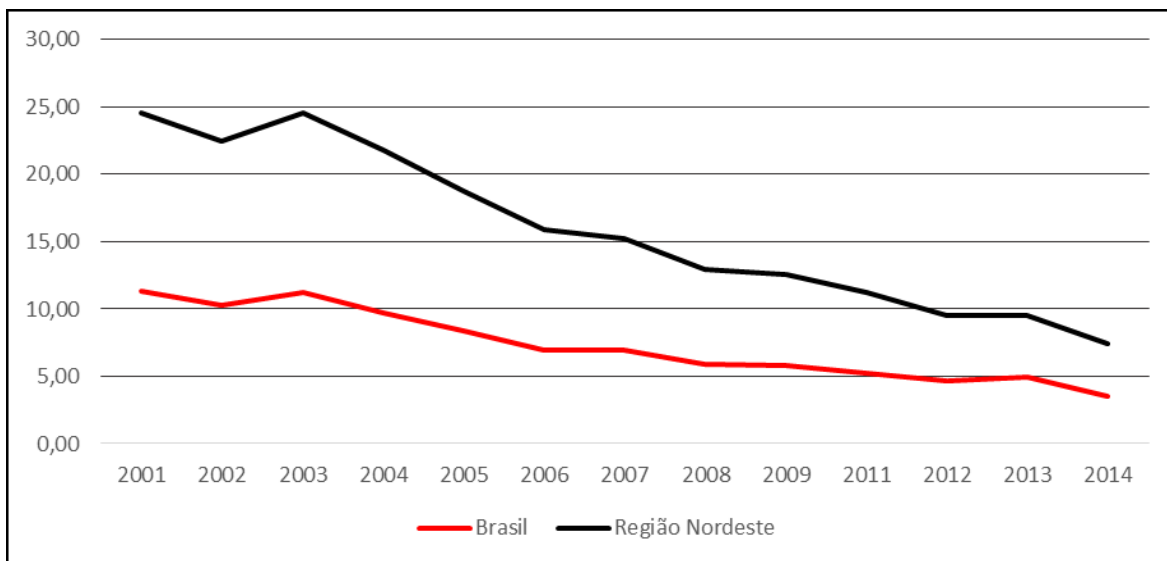
Brasil e percebe-se que, ao longo desses anos, houve uma grande evolução no seu combate, como apresentaremos neste capítulo.

3.2 Pobreza

A pobreza no Brasil, ao longo dos dez anos aqui estudados, foi combatida com maior vigor. O país buscou reduzir a desigualdade através de programas sociais focados na população mais carente, políticas de valorização do salário mínimo, crescimento do mercado de trabalho, entre outros. Entretanto, percebe-se que a pobreza ainda é um problema que persiste e que seu combate é um bom caminho para vivermos em uma sociedade menos violenta, dado que existe uma relação direta entre exclusão social e aumento da violência, seja ela urbana ou no campo, conforme Oxfam (2017). Assim, políticas como Programa Bolsa Família são iniciativas que procuram reduzir esses parâmetros e contribuem para melhoria do nível de renda das camadas mais baixas da população.

O gráfico 1 mostra a proporção de indivíduos extremamente pobres na região Nordeste em comparação com o restante do Brasil: número era superior à proporção total do país. Em 2001 havia 5.277.506 milhões de domicílios que se encontravam nessa situação, sendo 2.986.847 milhões só no Nordeste, ou seja, percebe-se que é onde se concentra grande parte da pobreza no país. Ao longo desses anos esse índice teve uma queda acentuada: em 2014 o Brasil registrava 2.277.971 milhões de lares em situação extrema pobreza, enquanto o Nordeste registrava 1.274.592 milhões. Em 2001 o Brasil registrava 11,36% domicílios extremamente pobres; em 2014 essa taxa caiu para 3,52%, ou seja, tivemos uma queda de 7,84 pontos percentuais ao longo do período analisado. Do ponto de vista da Região Nordeste, em 2001 o registro de domicílios extremamente pobres era de 24,54%; em 2014 baixou para 7,43% - redução de 17,11 pontos percentuais. Conclui-se que, durante o período de 2001 a 2014, o Brasil conseguiu diminuir esses percentuais e os avanços das políticas sociais foram importantes mecanismos para essa redução.

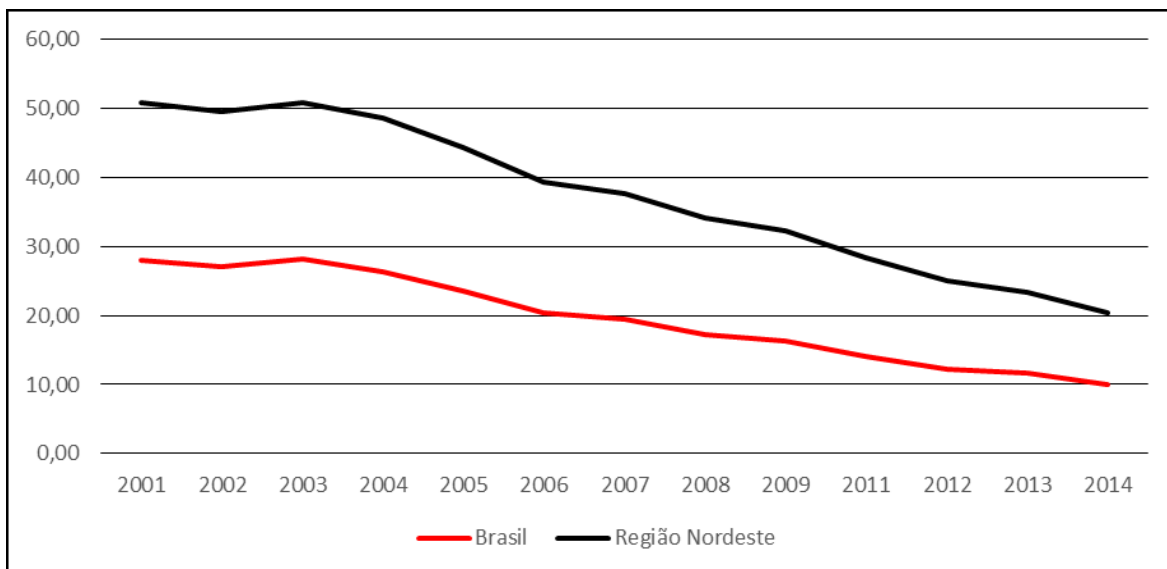
Gráfico 1 - Pobreza – proporção (%) de domicílios extremamente pobres – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 2 apresenta o número de domicílios pobres no Brasil e na região Nordeste - que contabiliza 50% destes, enquanto no restante do país atinge 28% da população (em 2001). Observe que esse número só começou a reduzir a partir de 2004, com a criação dos programas sociais, como Bolsa Família. De 2001 a 2004 esse indicador permanece estável e só passou a cair a partir de 2004. Enquanto o Brasil registrava 13.844.173 domicílios em situação de pobreza, o Nordeste registrava, nesse mesmo período, 6.376.713 milhões. Em 2014, passada uma década, esse indicador registrou queda para 9,97% da população total do Brasil, enquanto no Nordeste a taxa para o período era de 20,49%. Em números absolutos, o Brasil registrou 6.450.482 no ano de 2014, enquanto o Nordeste contabilizou 3.512.900 milhões de domicílios pobres. Tivemos, então, uma queda nesse indicador de 2001 a 2014 para o Brasil: 18,1 pontos percentuais de domicílios fora da linha de pobreza. Para o Nordeste, houve queda de 30,47 pontos percentuais.

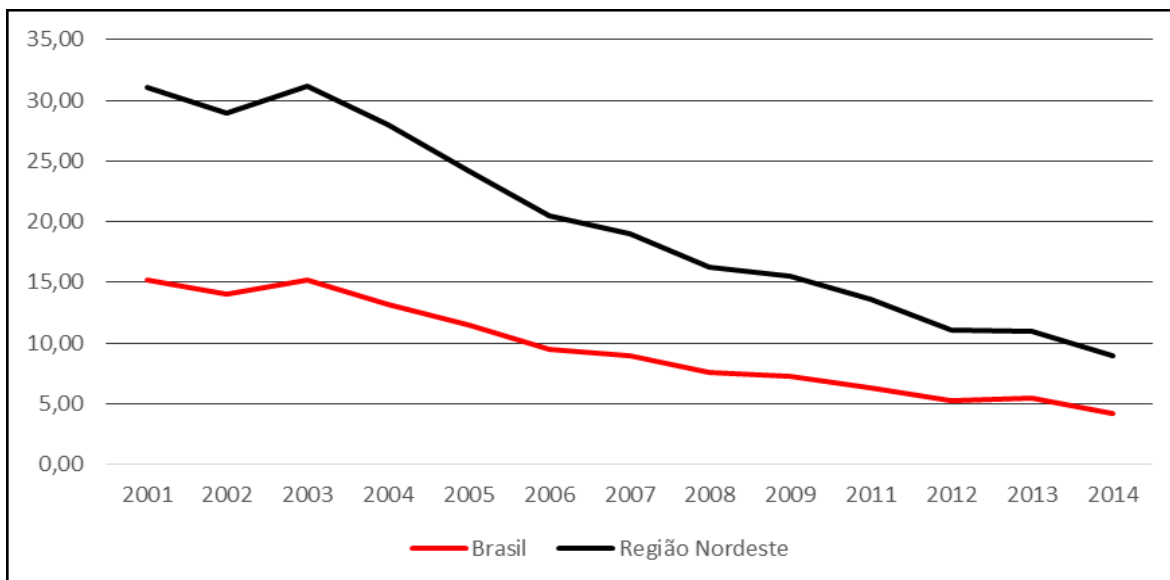
Gráfico 2 - Pobreza - proporção de domicílios pobres – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 3 mostra o número de indivíduos que se encontravam em situação de extrema pobreza no Brasil, em comparação à região Nordeste. Nota-se que a proporção é de 15,19% da população total do país enquanto, para o Nordeste, o mesmo índice é de 31,12%. Verifica-se que a taxa caiu ao longo desses anos, chegando ao valor de 4,20% em 2014 (Brasil) e, ao mesmo tempo, chegou a 8,99% para o Nordeste, ou seja, a queda para o país foi de 10,99 pontos percentuais, enquanto o Nordeste registrou diminuição de 22,13 pontos percentuais ao longo do período. Em termos absolutos, em 2001 o Brasil registrou cerca de 25.520.845 milhões de indivíduos que se encontravam na linha de extrema pobreza - só na região Nordeste eram 15.094.692 milhões. Com as medidas adotadas pelo Governo Federal como, por exemplo, Bolsa Família e atrelado ao crescimento econômico, o Brasil registrou queda significativa no número de indivíduos que se localizam na faixa de extrema pobreza no país. Em 2014 havia, no país, 8.191.008 milhões de pessoas compondo esse percentual, enquanto no Nordeste o total de indivíduos nessa situação caiu para 4.912.849, ou seja, tivemos uma significativa redução no número de indivíduos pobres.

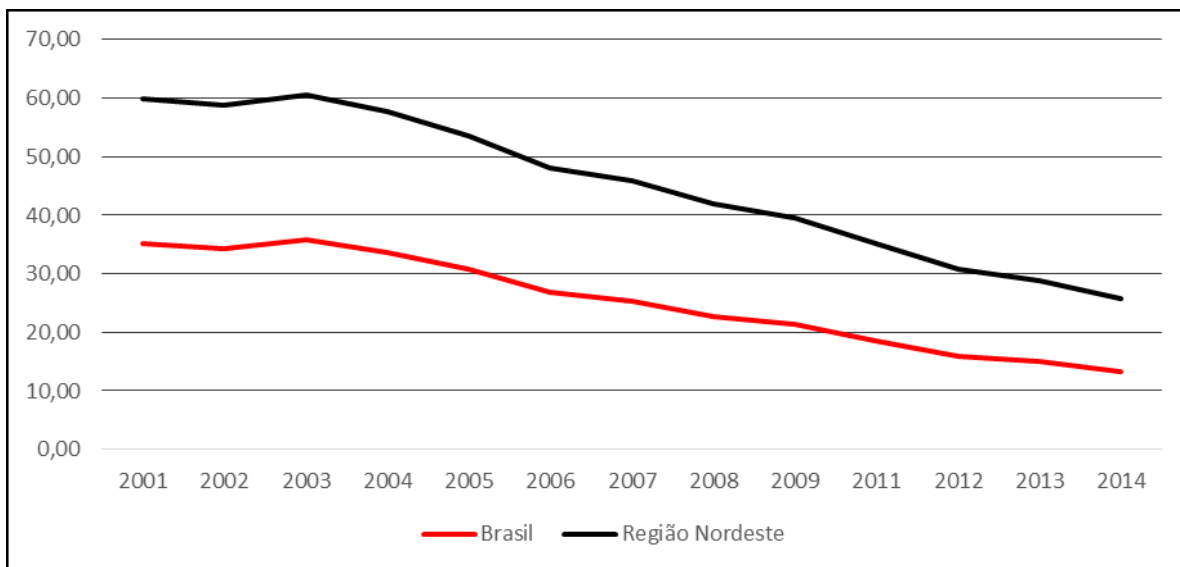
Gráfico 3 - Proporção de indivíduos extremamente pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 4 aponta a proporção do número de indivíduos pobres no Brasil, em comparação à região Nordeste. No ano de 2001 o Brasil registrou 35,09% de sua população em situação de pobreza no país - só na região Nordeste esse indicador registrou 59,84%. Ao longo desses anos, percebe-se uma profunda queda nesses indicadores: em 2014 o Brasil registrou taxa de 13,29% quanto à população em situação de pobreza e uma queda de 21,9 pontos percentuais, enquanto o Nordeste registrou 25,79%: uma queda de 34,05 Pontos percentuais. Outro ponto importante a observar é que a taxa de proporção do número de pobres só passou a cair, de fato, a partir de 2004, quando o Governo Federal intensificou o combate à fome no país. Desse modo, o número de indivíduos pobres reduziu ao longo desses anos e tivemos um impacto positivo do ponto de vista da redução da pobreza na região Nordeste; fatores como melhoria no crescimento econômico, melhoria na renda do trabalho e principalmente a criação do programa Bolsa Família foram importantes mecanismos no combate à pobreza no país.

Gráfico 4 - Proporção de indivíduos pobres – Linha de Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas – Brasil e Nordeste, 2001 a 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

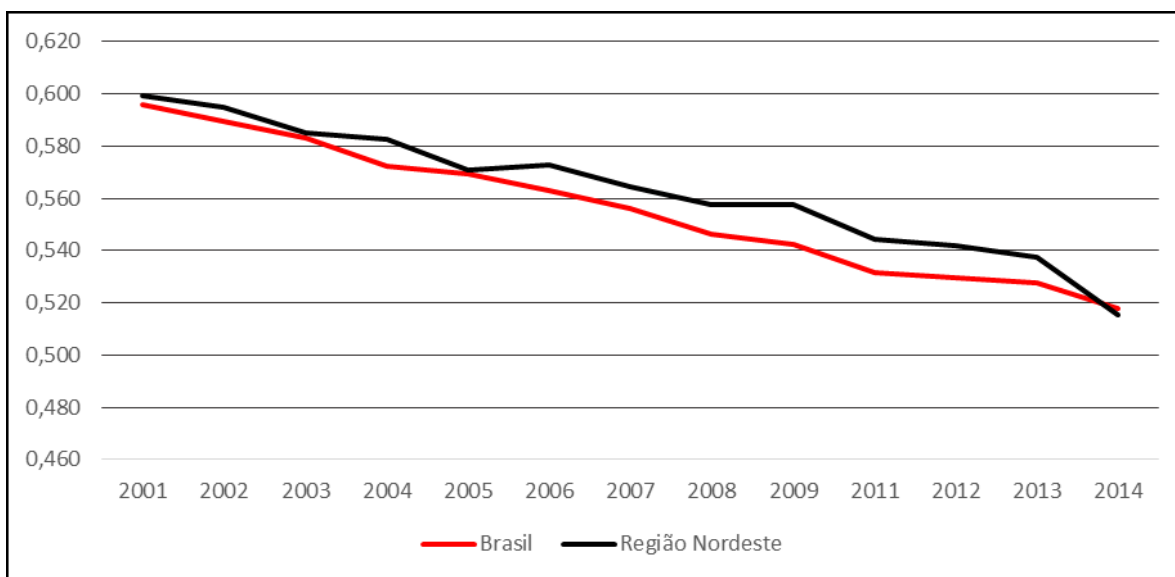
Em suma, verificamos que o nível de extrema pobreza e pobreza no país sofreu uma significativa queda nesses indicadores e, quando analisamos apenas a região Nordeste, percebemos que o nível de indivíduos extremamente pobres e pobres, se reduz ao longo do período, caindo pela metade. Assim, podemos notar que no período de 2004 a 2014, tivemos uma queda em todos os indicadores de pobreza, ou seja, o compromisso em reduzir esse percentual foi visto com grande responsabilidade por parte do Governo Federal.

3.3 Distribuições de renda e desigualdade

Historicamente, a distribuição de renda no Brasil sempre foi um desafio para as políticas públicas, uma vez que, ao longo desses anos, o país só conseguiu diminuir a diferença entre ricos e pobres após a criação da Constituição Federal de 1988 e das políticas de transferência de renda como o Bolsa Família. Entretanto, mesmo assim, a renda continua muito concentrada. Dados da Oxfam (2017) apontam que entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico do país e, por outro lado, os 50% mais pobres se apropriaram apenas de 18%. Durante esse período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, entre 22 a 25%.

Com relação ao índice de Gini - indicador que mede o nível de desigualdade de renda no país - percebe-se que houve uma significativa queda nesse quesito. Comparando o Brasil e a região Nordeste, nota-se que a desigualdade de renda no Nordeste é maior quando comparada à do país. Isso representa melhora na renda da população pobre, essa variável mede o índice do grau de concentração de renda e varia entre 0 e 1, sendo: zero é o grau de perfeita igualdade de renda, enquanto 1 representa extrema concentração da renda. Assim, percebe-se que esse diferencial caiu ao longo desses anos, principalmente a partir de 2004; enquanto no Brasil registrava 0,572, a região Nordeste apresentava 0,583. Em 2014, o percentual caiu para 0,518 no Brasil e no Nordeste para 0,516. Quando observamos esse indicador (Gráfico 5) é importante analisar o viés de baixa que ele vem apresentando ao longo desses anos, o que indica que estar havendo uma redução da desigualdade no país.

Gráfico 5 - Renda - desigualdade - coeficiente de Gini

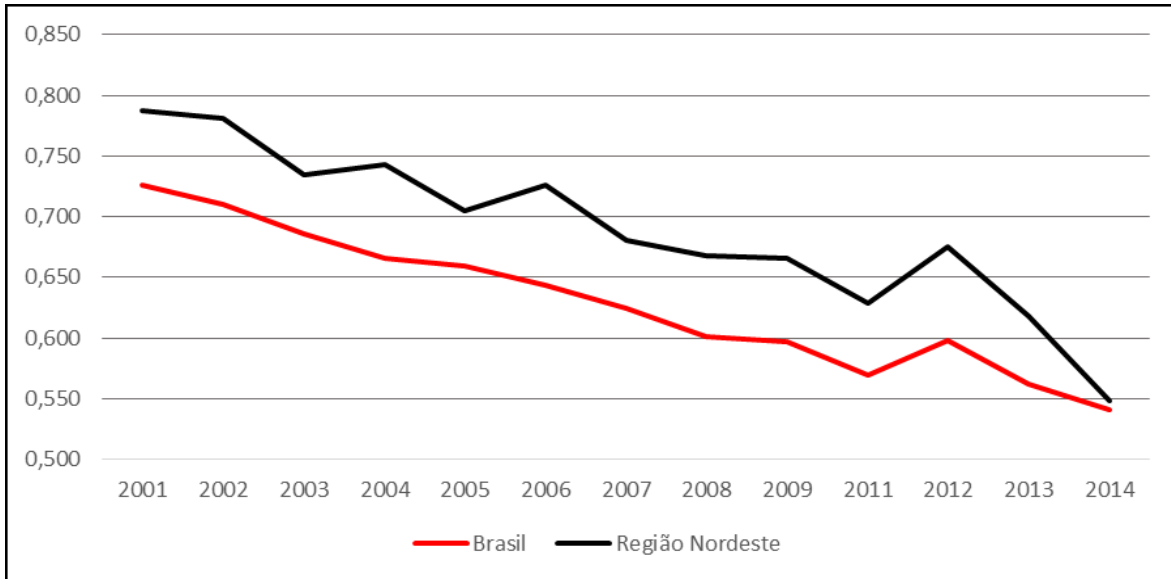


Fonte: Elaboração própria a parti dos dados do Ipeadata.

O gráfico 6 mostra a taxa de desigualdade do índice de Theil, outra indicador importante para medir desigualdade de renda no Brasil e no Nordeste. Percebe-se que houve uma redução nesse indicador, tanto na perspectiva de um quanto do outro. Em 2001 o índice de Theil era de 0,726 para o Brasil, enquanto no Nordeste era 0,787; ao longo desses anos houve redução de 0,541 no Brasil e no Nordeste para 0,548 (2014); assim, percebe-se uma queda mais significativa nesse indicador, demonstrando que houve melhora na distribuição

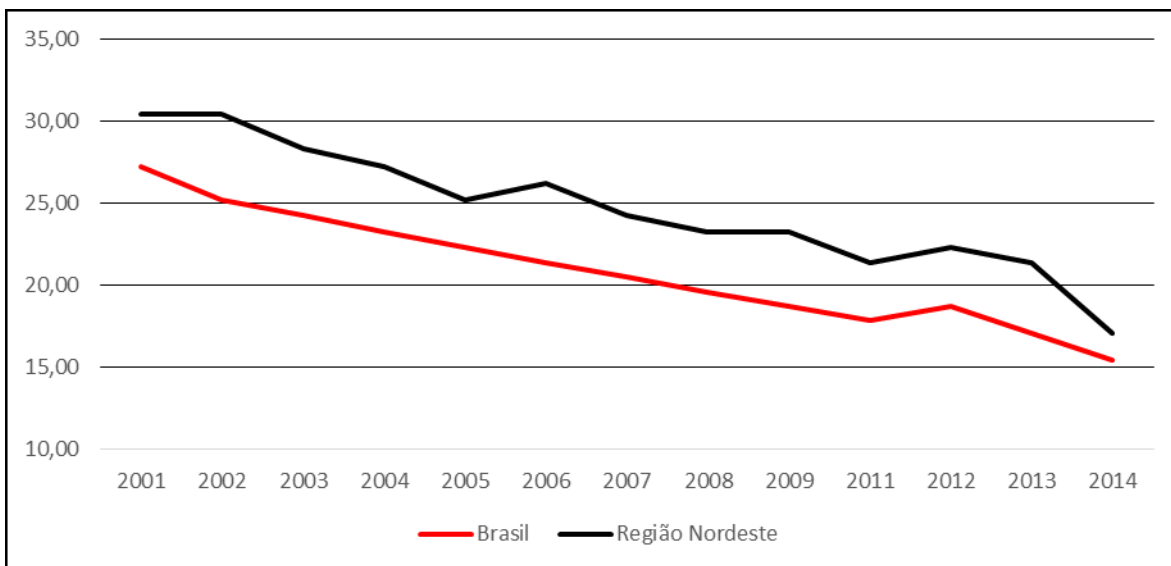
de renda no país, essa variável varia entre 0 a 1, sendo: 0 perfeita distribuição e 1 alta concentração de renda.

Gráfico 6 - Renda - desigualdade - índice de Theil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

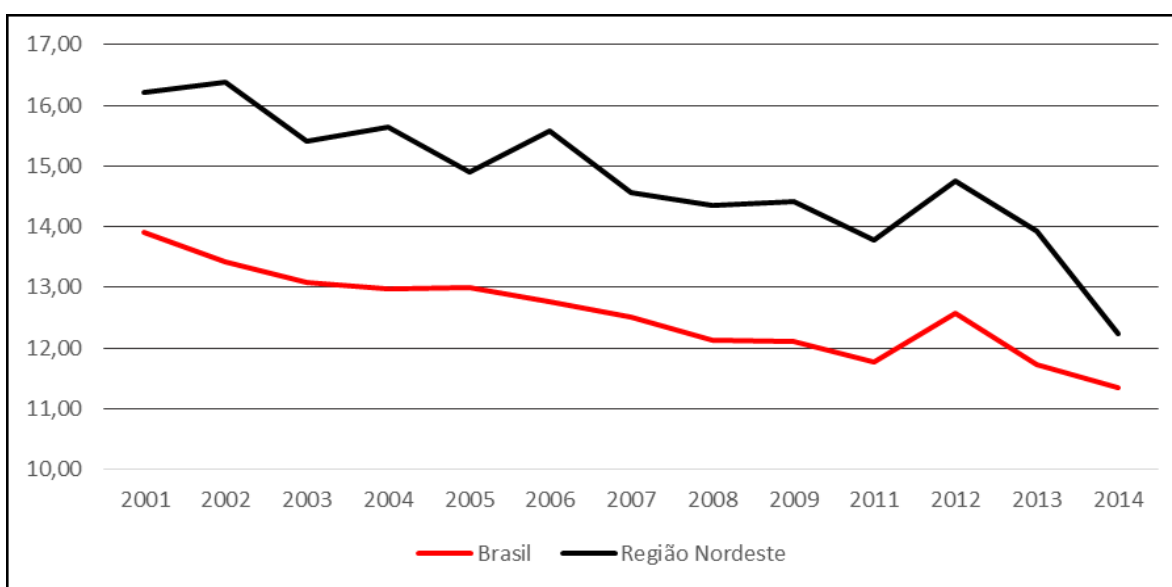
Gráfico 7 - Porcentagem mais pobre da população com renda total igual à do 1% mais rico.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 7 apresenta a relação entre a renda do 1% mais rico com o restante da população mais pobre. Percebe-se que o diferencial de renda tem uma queda, de 2001 a 2014. Sobre o Brasil, nota-se que, em 2001, a renda da população mais pobre comparada à renda do 1% mais rico era de 27,29%; esse indicador caiu para 15,45% em 2014. Em relação à região Nordeste, essa diferença era de 30,50% em 2001, enquanto no ano de 2014 ela caiu para 17,05% - queda que indicou melhora no nível de renda dos indivíduos pobres no Brasil. Esse indicador é positivo do ponto de vista da política social, uma vez que os indivíduos que se encontravam em situação de pobreza conseguiram ter avanço no ganho de renda. Essa diferença se deve mais ao ganho de renda dos mais pobres e não significou perda de renda dos mais ricos.

Gráfico 8 - Renda domiciliar – participação (%) do 1% mais rico.



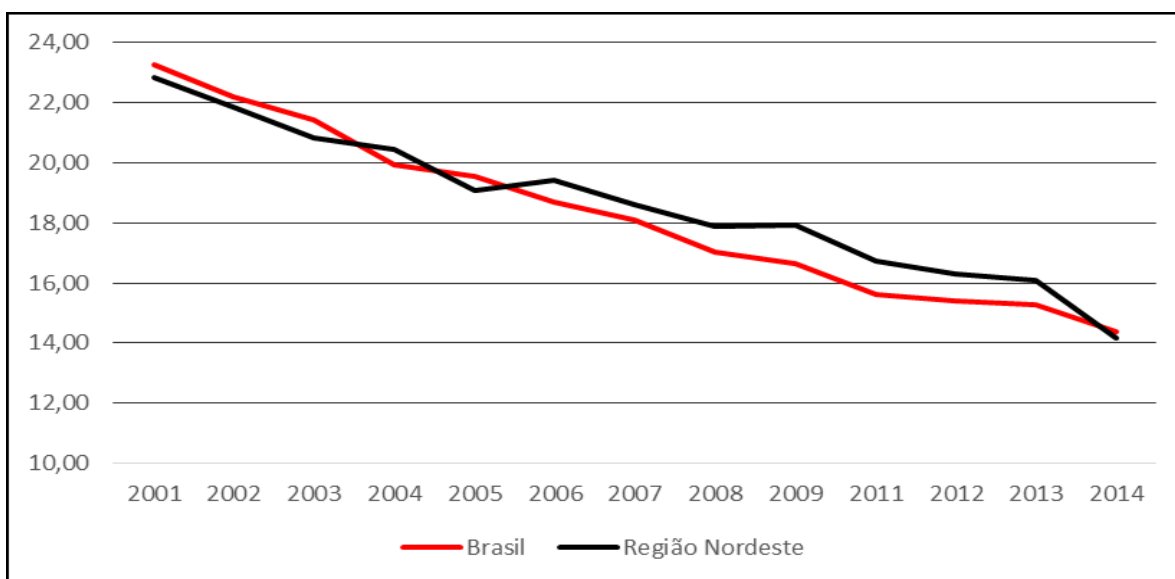
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O gráfico 8 apresenta a participação do 1% mais rico na renda, tanto do Brasil como na região Nordeste. Essa variável apresenta queda pouco significativa de 2001 a 2014, pois houve pouca variação ao longo desses 13 anos que estamos analisando. Praticamente a renda desse grupo se manteve inalterada. Percebe-se também que, ao longo desses anos e comparando com o Brasil, a região Nordeste tendeu a se igualar no ano de 2014.

O gráfico 9 aponta a relação de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, em um comparativo entre o Brasil e o Nordeste. Esse diferencial de renda caiu ao longo dos

anos, principalmente de 2004 a 2014. Essa tendência de queda verificada durante esse período demonstra o compromisso do governo brasileiro em reduzir a diferença entre ricos e pobres e, assim, entre 2001 e 2014 o Brasil vinha conseguindo cumprir seus objetivos, no que tange a reduzir o nível de desigualdade de renda no país. Na região Nordeste nota-se que essa diferença também caiu ao longo desses anos, fatores que geraram melhoria no mercado de trabalho, crescimento econômico e os programas sociais como Bolsa Família, que contribuíram para a melhora da renda da população mais pobre.

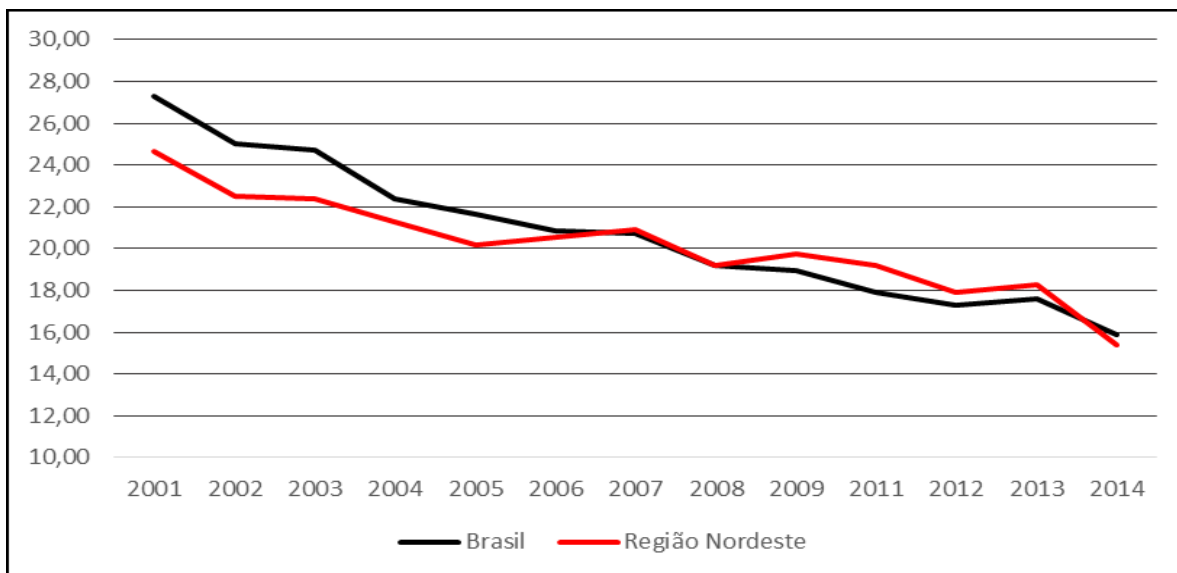
Gráfico 9 - Renda - razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

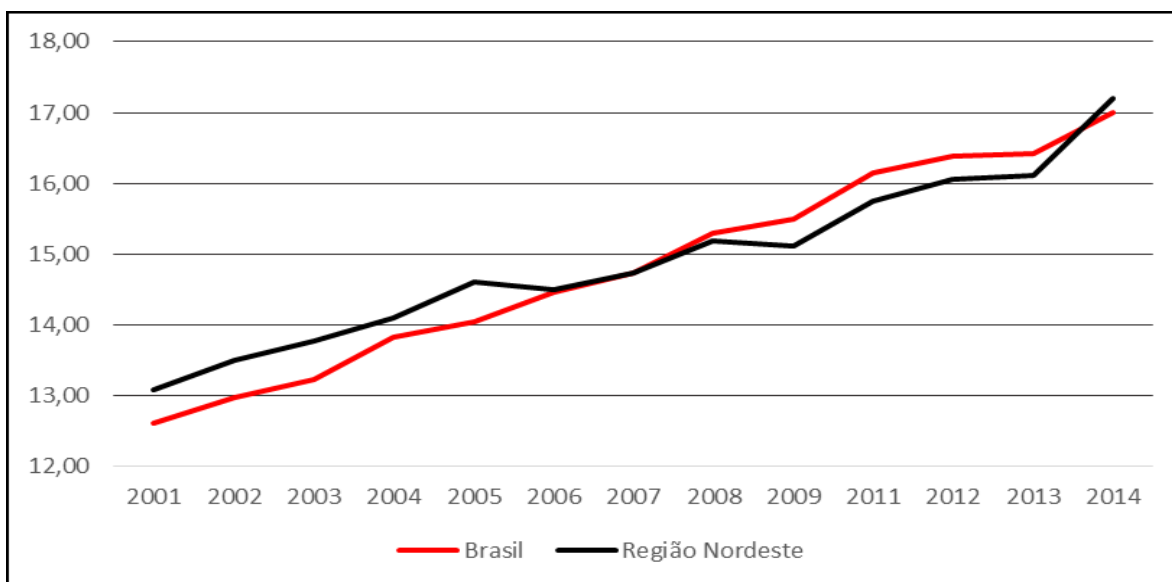
O gráfico 10 mostra a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Desde 2001 esse indicador vem apresentando queda. Percebe-se que quando realizamos a comparação entre o nível de renda dos mais ricos e o nível de renda dos mais pobres, há uma nítida queda nos dois indicadores; isso demonstra que durante esse período, a população mais pobre obteve ganho de renda no período em questão. Quando observamos os dois indicadores tanto do Brasil como do Nordeste, observa que sua participação é semelhante não havendo grande diferença nesse indicador.

Gráfico 10 - Renda - razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Gráfico 11 - Renda domiciliar – participação (%) dos 50% mais pobres.



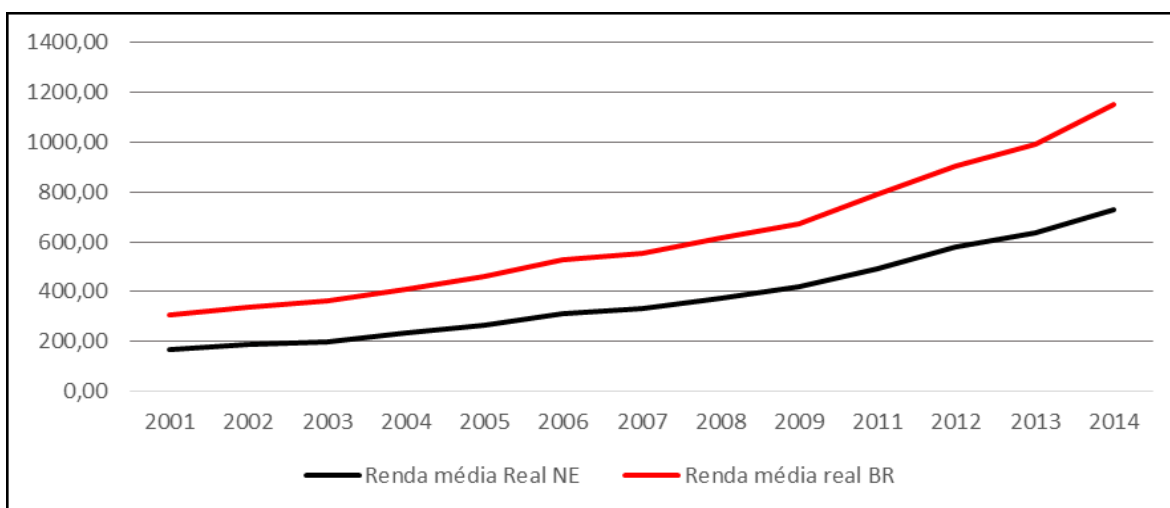
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Com relação à renda dos mais pobres (Gráfico 11), percebe-se que houve uma nítida melhora ao longo desses anos, principalmente quando analisamos a partir de 2004, período esse marcado pela criação do programa Bolsa Família. Nota-se que a participação da renda

dos 50% mais pobres saiu de 13,83% no Brasil, enquanto a região Nordeste registrou 14,10%. No ano de 2014, esse indicador apresentou crescimento de 17% no Brasil, enquanto na região Nordeste seu crescimento é de 17,20%. Assim tivemos uma melhora nos níveis de renda dos mais pobres, contribuindo para a queda da pobreza ao longo desses anos.

Sobre a renda média, perceber-se que essa variável houve um aumento da renda média no Brasil, esse crescimento também é notado quando analisamos a renda média na região Nordeste. No Brasil houve um crescimento maior quando comparado com a região em questão, assim o crescimento da renda teve uma relativa melhora ao longo desses 13 anos em questão, muito em decorrência do crescimento econômico, política de valorização do salário mínimo.

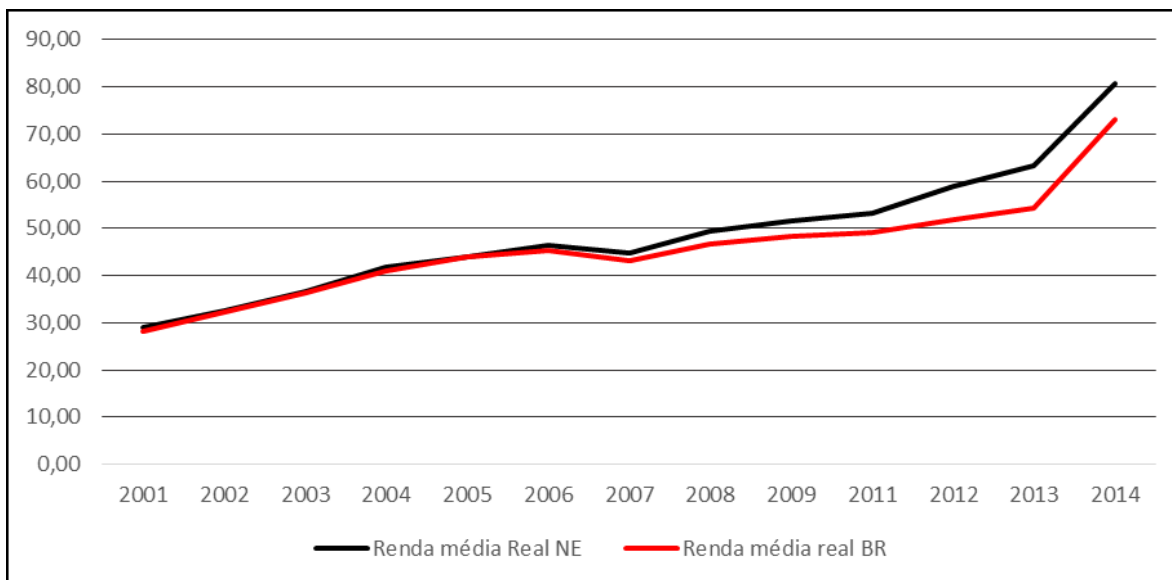
Gráfico 12 - Renda domiciliar per capita – média R\$ de 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

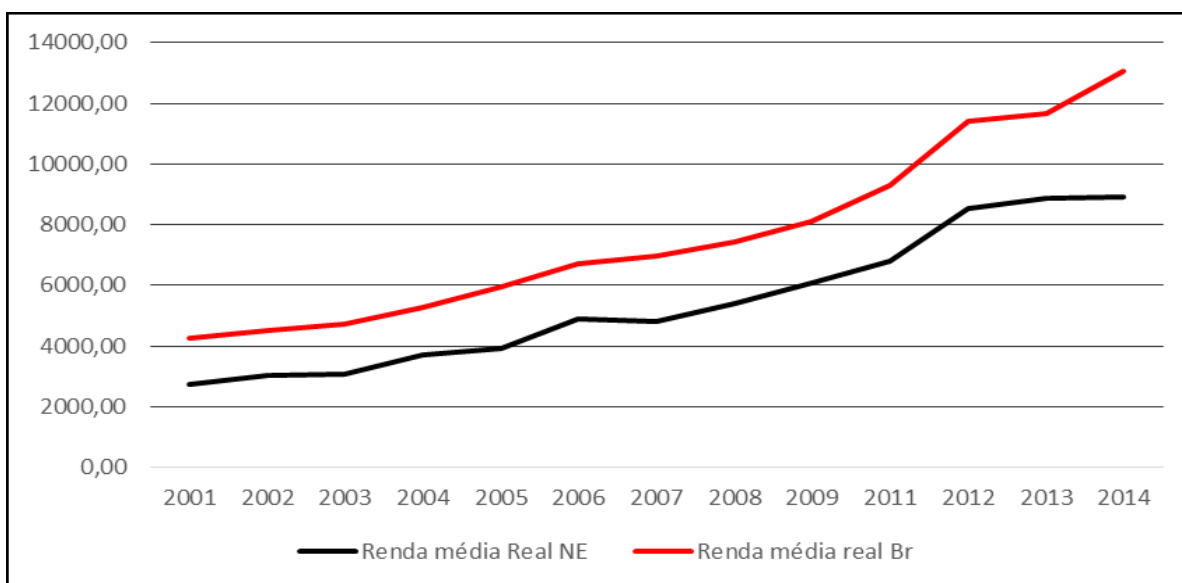
Do ponto de vista da renda média dos mais pobres, durante o período de 2001 a 2014, percebe-se que a renda dos mais pobres sempre esteve junto, fazendo uma comparação entre o Brasil e a região Nordeste, porém nota-se que a partir de 2008 a renda média dos mais pobres no Nordeste ficou acima da renda média do Brasil, demonstrando que os mais pobres nessa região tiveram ganho maior que o país. Além disso, houve um crescimento e melhora na transferência de renda para os mais pobres, em termos reais.

**Gráfico 13 - Renda domiciliar per capita - média dos extremamente pobres.
(Renda real).**



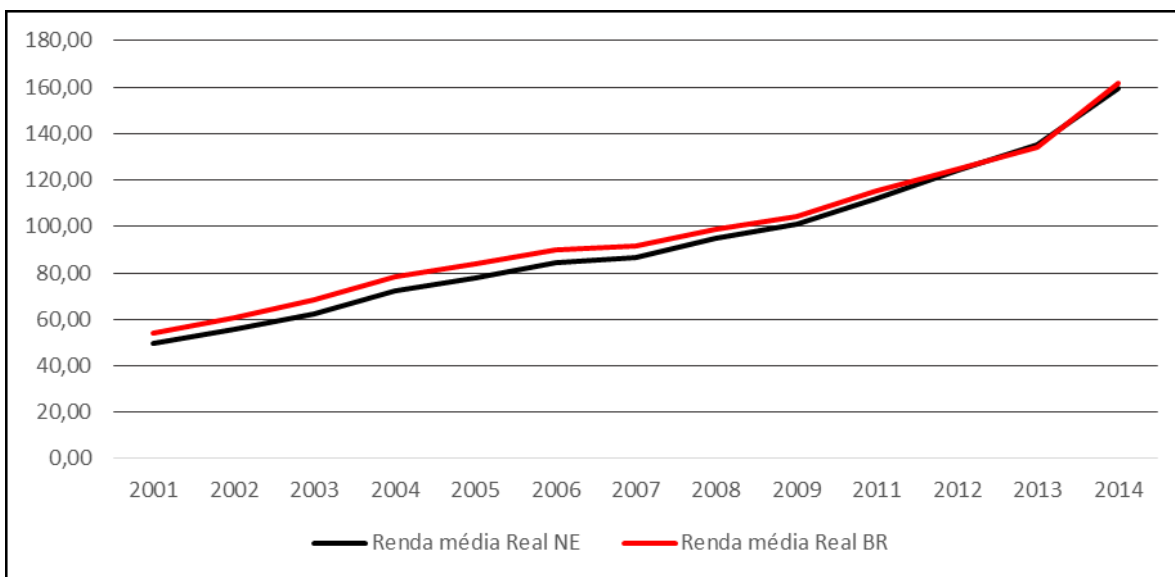
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

**Gráfico 14- Renda domiciliar per capita - média do 1% mais rico - R\$ de
2014.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Gráfico 15 - Renda domiciliar per capita - média dos pobres - R\$ de 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Em relação à renda média do 1% mais rico, quando realizamos uma comparação entre a região Nordeste e o Brasil, percebemos que o nível de renda média dos mais ricos é maior no Brasil em comparação com Nordeste. Outra importante informação é que o nível de renda desse grupo sempre se manteve constante, ou seja, para essa parcela da sociedade brasileira houve aumento de renda e não houve queda ou redução, em termos reais percebe-se que ocorreu grande proteção da renda desse grupo, conforme demonstra o gráfico.

Em relação ao nível de renda da população mais pobre (Gráfico 15), perceber uma elevação no nível de renda da população mais pobre, quase não existe diferença entre o nível de renda do Nordeste e do Brasil. Uma questão importante é observar o crescimento da renda em termos reais ao longo desses anos, assim verifica-se que a partir do ano de 2001 até 2014 o nível de renda da população mais pobre melhorou em termos reais. Sendo assim, o programa bolsa família contribuiu de uma forma positiva para esse crescimento.

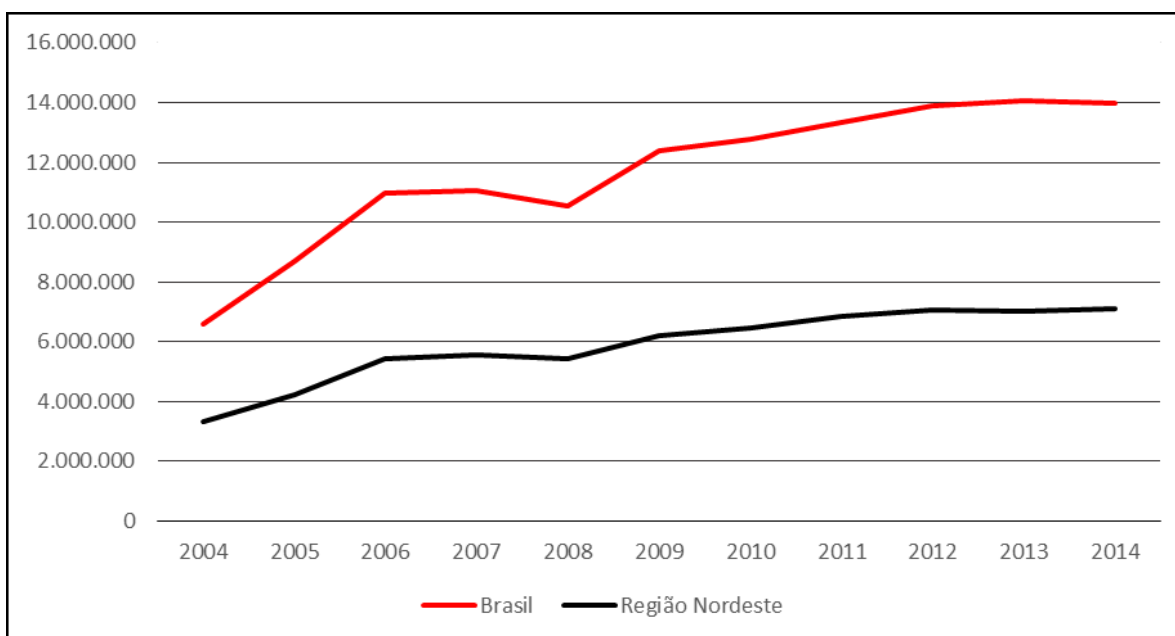
Em resumo, percebe-se que o índice de Gini apresentou uma queda ao longo do período analisado (2001 a 2014), em decorrência de fatores como melhoria no cenário econômico, melhoria do salário real, melhoria do mercado de trabalho e, atrelado a isso temos, a partir de 2004, a criação do programa Bolsa Família, que contribuiu para elevar a renda da população mais pobre. O índice de Theil também apresenta queda ao longo dos anos, demonstrando uma melhora no nível de desigualdade de renda da população brasileira.

Sobre a renda dos mais pobres, percebemos um ganho na renda da população, uma vez que comparado ao 1% mais rico, percebe-se uma ligeira queda no mesmo período. Do ponto de vista da renda média, houve uma nítida melhora nesse indicador, demonstrando o viés de alta, assim como a média do 1% mais rico.

3.4 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, criado em 2004 como já dito, tem como um de seus principais objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. Ao longo desses anos expandiu o público atendido, promoveu a inclusão das políticas públicas em saúde e educação, ampliou o acesso à escola e a saúde de jovens e adolescentes por todo o país e, por fim, conseguiu reduzir a pobreza e a desigualdade social, conforme constatado por Campello (2013). Assim sendo, milhões de cidadãos brasileiros se beneficiam com o programa, que busca atender todas as regiões do Brasil, sendo que grande parte dos recursos são destinados para aquelas com elevado índice de pobreza, como no Nordeste.

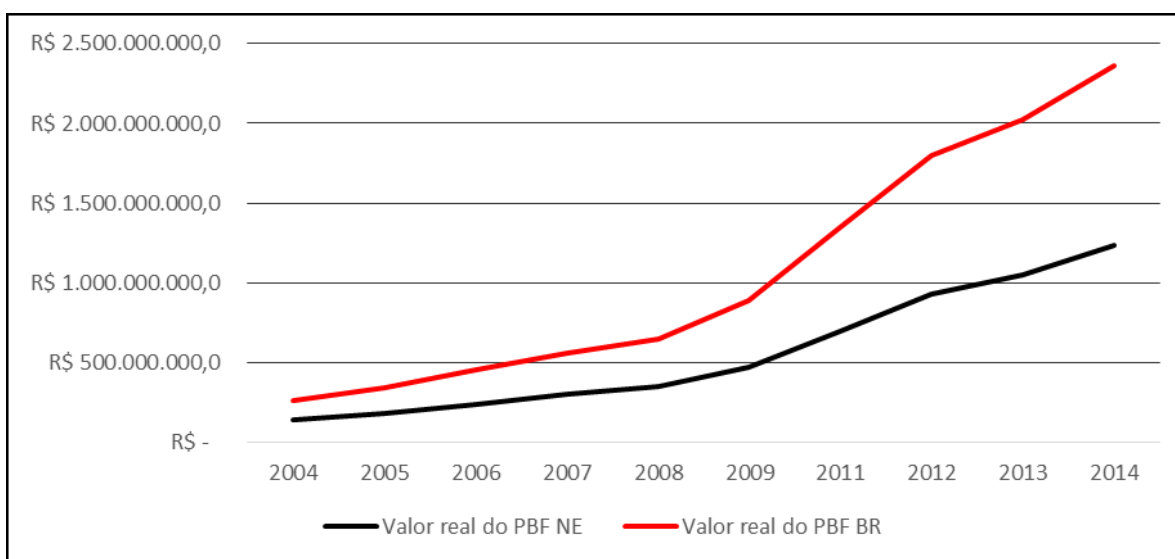
Gráfico 16 - Programa Bolsa Família (PBF) - número de benefícios.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

O Gráfico 16 apresenta o número de beneficiários do programa Bolsa Família na região Nordeste, juntamente com o total do Brasil. Ao longo da nossa análise, percebemos que a região Nordeste é a região do Brasil que tem maior número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza; assim o número de beneficiários na região é metade da população atendida com o Programa, vejamos: em 2004, quando se iniciou o programa Bolsa Família, o número total de indivíduos beneficiados era de 6.571.839 milhões, só na região Nordeste esse número era de 3.320.446, ou seja, 50,52% dos beneficiários se encontravam na região Nordeste, o restante é para as demais regiões do país. Além disso, temos uma ampliação no número de indivíduos que são incluídos no programa ao longo desses anos. Em 2014, o número de pessoas atendidas pelo programa Bolsa família era, no Brasil, de 13.995.978 milhões; na região Nordeste o número era de 7.097.228, ou seja, 51% dos beneficiários ainda se encontravam nessa região. Em dez anos o programa bolsa família foi expandido e passou atender um grande número de pessoas em todo o país, mas grande parte ainda localizava na região Nordeste.

Gráfico 17 - Programa Bolsa Família (PBF) - valor total dos benefícios em dezembro (R\$ de 2014).



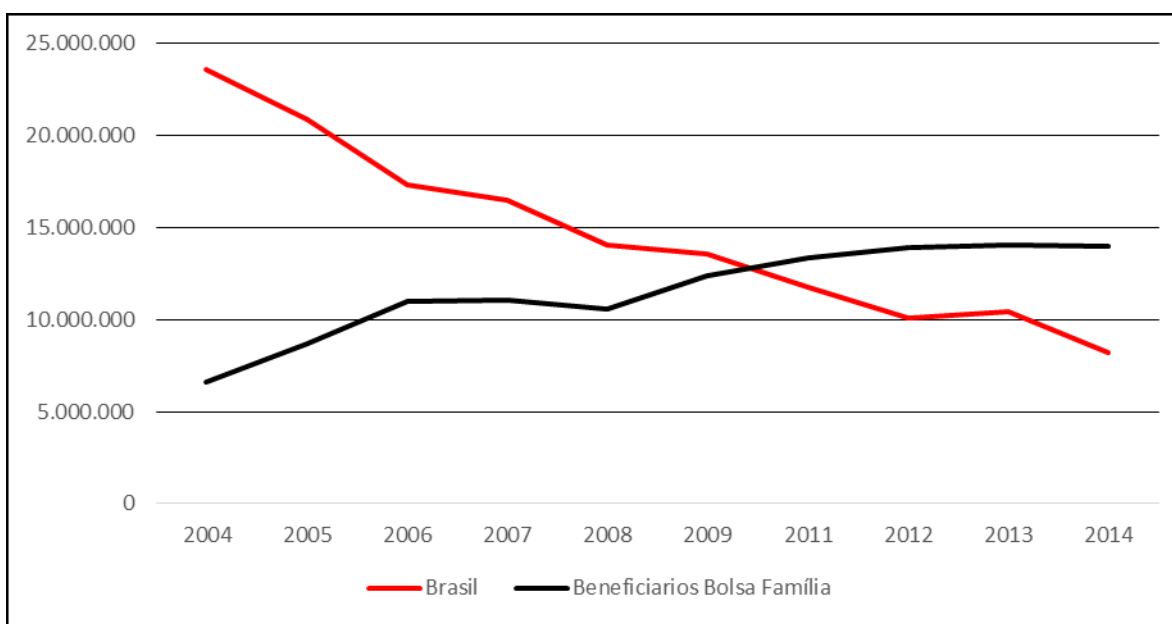
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Sobre o valor do benefício do programa bolsa família, notamos que houve um crescimento em termos reais no valor do benefício do programa, assim a medida que o

número de beneficiários com o programa cresce, eleva-se em termos monetários o valor repassado pelo governo federal. Outra questão importante é observar que a partir de 2009, houve um crescimento mais acentuado dos gastos federais com o programa Bolsa família.

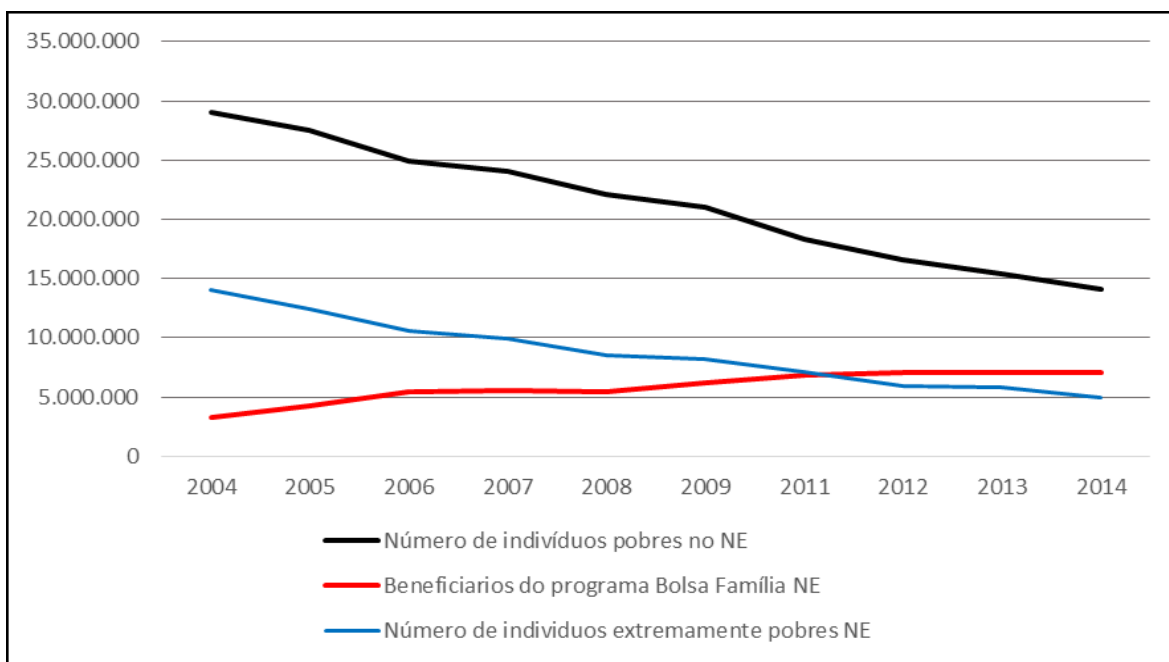
A relação de indivíduos extremamente pobres no Brasil em comparação com o número de beneficiários do programa Bolsa Família: nota-se que a partir de 2004 passamos a registrar uma queda no número de indivíduos extremamente pobres no país, uma vez que à medida que o Programa avança, passa a englobar novos beneficiários. Percebe-se uma redução no número de indivíduos extremamente pobres e, a partir de 2009, tivemos uma mudança de comportamento dessas duas variáveis: pela primeira vez, o número de beneficiários do Programa Bolsa Família era maior que o número de indivíduos extremamente pobres. Assim, em 2014, o número de indivíduos extremamente pobres era menor que o número de beneficiários, enquanto o número de beneficiários do Programa atingiu 13.995.978 e o número de indivíduos extremamente pobres registrou 8.191.008. Assim, tivemos uma queda acentuada no número de indivíduos extremamente pobres no Brasil e o Programa Bolsa Família foi importante mecanismo para a redução da extrema pobreza do país.

**Gráfico 18 - Número de indivíduos extremamente pobres no Brasil X
Número de indivíduos beneficiados pelo programa bolsa Família Brasil.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Gráfico 19 - Número de indivíduos extremamente pobres no NE x Número de indivíduos pobres no NE x Número de indivíduos beneficiados pelo programa Bolsa família NE.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Na região Nordeste, o Gráfico 19 mostra justamente o número de indivíduos extremamente pobres, com o número de beneficiários do Programa Bolsa Família e de indivíduos pobres na região. Em 2004, a quantidade de brasileiros que se encontravam abaixo da linha da extrema pobreza na região era de 14.070.019 sendo que, no mesmo ano, o total de indivíduos que recebiam o benefício era de 3.320.446. Já do ponto de vista dos pobres, era de 29.037.673. Após dez anos do programa social, o número de pessoas extremamente pobres na região Nordeste era de 4.912.849 milhões, enquanto o número de beneficiados era de 7.097.228 milhões e o de pobres caiu para 14.089.785 milhões; sendo assim, percebe-se que à medida que o programa passa a contemplar novos beneficiários, o número de indivíduos extremamente pobres e pobres se reduz.

Conclui-se que PBF foi importante mecanismo para retirada de milhões de indivíduos que se encontravam em situação de extrema pobreza e pobreza. Melhorias de renda, em conjunto com o crescimento econômico e aos programas sociais, foram

importantes para demonstrar que o combate à pobreza era uma das prioridades do governo brasileiro. Assim, percebe-se que o programa contribuiu no combate das mazelas sociais e que houve um grande impacto no número de beneficiários na região Nordeste, onde existe grande concentração de indivíduos pobres. Percebemos que à medida que os anos se passavam, o programa englobou mais pessoas e famílias e notamos um grande esforço no combate à pobreza no país. Outro aspecto importante é o viés de queda que apresentam os indicadores analisados nesse trabalho.

3.5 Apontamento sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste

Durante a revisão da literatura (seção 2.4 deste trabalho), percebemos que os trabalhos apresentados demonstravam que o PBF e outros benefícios sociais contribuíram para a queda da desigualdade de renda e melhoria dos indicadores sociais.

Analisando os conteúdos dos autores com o capítulo três desse trabalho, pudemos perceber que houve uma nítida melhora de renda da população mais pobre, pois ao longo de 2001 a 2014, o nível de renda dos indivíduos extremamente pobres do país teve um salto, conforme apresentado nos gráficos, subindo a partir de 2004, ano em que ocorreu uma unificação de todos os programas sociais no Brasil, pelo PBF. Assim, a estratégia do governo em optar pelo programa que mais focava nos indivíduos necessitados deu certo, pois o Brasil registrou queda em todos os indicadores que mensuram níveis de pobreza.

A revisão da literatura apresentada nesse trabalho sustenta a hipótese de que as políticas de transferência de renda contribuíram para a queda da pobreza e redução da desigualdade social no país, ao longo desses anos. Os trabalhos destacados apontam que tais transferências contribuíram para amenizar a pobreza.

Outro ponto positivo é observar a região Nordeste, como destacado no capítulo três: é uma das áreas que concentra o grande volume de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, ou seja, o grande volume de pobreza do país e, sendo assim, políticas como o PBF contribuíram para a queda desse indicador. Além disso, como notado por Denes, Filho e Komatsu (2016) o impacto do Programa Bolsa Família é positivo para os municípios que recebem esse benefício, uma vez que temos uma elevação do PIB per capita dos municípios.

Outra questão relevante de se mencionar é quanto à atuação do governo brasileiro em procurar reduzir os indicadores de pobreza e desigualdade. Percebemos que, ao longo do trabalho, o crescimento econômico voltou a ter espaço na agenda pública, a partir de 2003. Assim, nota-se que a estratégia de um estado mais forte, com o compromisso de combate à desigualdade social deu resultado e que isso pôde ser constatado com o índice de Gini, que apresentou queda de 2001 a 2014 - elevação do nível de renda das famílias mais pobres e, em contrapartida, não representou queda no nível de renda da população mais rica. Assim o Brasil teve grandes avanços sociais nesse período e conseguimos combater a pobreza ao longo desses últimos anos.

Assim como observou Barros, Carvalho e Franco (2007) e Hoffmann (2013), as transferências governamentais como o Programa Bolsa família, foram importantes mecanismos para a queda da desigualdade de renda no país ao longo desses anos. Sendo assim, o grande impacto do programa é em regiões carentes como o Nordeste; desse modo, o PBF foi responsável pela retirada de milhares de famílias da extrema pobreza e pobreza, ao longo desses anos.

Considerações finais

Conforme destacamos ao longo do trabalho, percebemos que, como o processo de desenvolvimento regional se deu de maneira desequilibrada, o Brasil tendeu a concentrar sua produção em grande parte do centro-sul, provocando uma disparidade regional entre as regiões do país. Diante disso, verificamos que a questão da reforma agrária também foi um empecilho para o desenvolvimento econômico da região Nordeste, uma vez que não ocorreu uma reforma ampla e bem planejada. Em meados do século XX, o país presenciou um grande fluxo migratório em direção às cidades e, com isso, o processo de urbanização do Brasil não ocorreu de uma forma planejada, havendo um grande fluxo migratório para as regiões do centro-sul. A partir desse processo, o país começou a contar com um grande volume de pessoas nos grandes centros urbanos e, com isso, tivemos o surgimento de vários problemas sociais decorrentes do processo de urbanização, ou seja, essa situação contribuiu para o aumento das mazelas sociais no país.

O surgimento da pobreza nos grandes centros urbanos durante o século XX chamou atenção para o debate em torno de transferência de renda, para indivíduos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Assim, só a partir da década de 1990 que esse tópico começou a fazer parte da agenda pública. Notamos que a primeira experiência foi em âmbito municipal e que só após o ano 2000 que elas começaram a entrar em âmbito federal. Em 2004 tivemos a criação do Programa Bolsa família, que foi um dos mais focados na população mais pobre. O início do Governo Lula mudou o cenário do ponto de vista das políticas sociais, uma vez que o governo havia assumido o compromisso de erradicar a pobreza.

Partindo da concepção do desenvolvimento regional, percebemos que o processo de industrialização da economia brasileira não favoreceu muito a região Nordeste, pelo contrário, apresentou efeitos negativos. Além disso, a falta de uma reforma agrária possibilitou um deslocamento da população rural em direção às cidades, contribuindo para o agravamento da crise social, pois as grandes cidades da região Nordeste passaram a contar com um grande volume de pessoas. Sendo assim, ao longo das décadas, presenciou-se, nessa área, um alto volume de pessoas em situação de vulnerabilidade social e grande concentração da pobreza. É por isso que programas sociais como Bolsa família

possibilitaram a retirada de milhões de pessoas da pobreza e fizeram grande efeito na região Nordeste.

Analisando todos os dados ao longo desses 10 anos de Programa Bolsa Família e a questão da pobreza na região Nordeste, temos a percepção de que isso foi fundamental no combate à pobreza nessa região e à medida que se expande o número de beneficiários, há uma queda no número de indivíduos em situação de pobreza. O grande reflexo das políticas sociais encontra-se na questão da redução da pobreza e melhoria da renda dos indivíduos mais necessitados. Reiteramos também que a melhoria da renda se deve à questão da política de valorização do salário mínimo, durante o período de 2004 a 2014, onde tivemos um grande avanço no mercado de trabalho e na formalização nas vagas de emprego.

Outra questão relevante para o estudo foi que, durante o período de 2004 a 2014, o Brasil conseguiu diminuir a diferença entre ricos e pobres; os índices de Gini e Theil apresentaram, ao longo desses anos, queda no índice de desigualdade de renda e, mais importante do que a queda, é o viés de baixa que eles apresentam ao longo desses dez anos. Do ponto de vista da renda dos mais ricos, nota-se que ela não caiu ao longo desses anos, pelo contrário, sempre esteve com viés de alta. Em 2014 o Brasil finalmente conseguiu sair do mapa da fome, como apontado no trabalho, demonstrando assim, o seu compromisso com a questão social.

Durante as eleições de 2014, tivemos uma grande polarização do cenário político brasileiro, mas, mesmo assim, o Partido dos Trabalhadores conseguiu vencer as eleições. Entretanto, devido às condições políticas e a não aceitação dos resultados das urnas, ocorreu, em 2016, o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff. Inicia-se ali um processo de desmonte do Estado Brasileiro, ou seja, passaram a entrar na agenda econômica as medidas de cunho ortodoxo, ajuste fiscal, controle de gastos, entre outras. De 2014 até então, o que se observou na economia brasileira foi uma queda no crescimento do PIB, aumento da taxa de desemprego, restrição ao orçamento público, revisão de benefícios sociais, entre outras, com perspectivas de retrocesso social para os próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luís Augusto de Queiroz; PINTO, Rafael Fontana. Nordeste Brasileiro: Crescimento e Dinâmica Espacial no Período 1970-2008. **Ren-revista Econômica do Nordeste**, Recife, v. 40, n. 04, p.822-832, 20 out. 2009. Trimestral.

ALVARENGA, Livia Vilas-bôas Hacker. **A Focalização e Universalização na Política Social Brasileira: Opostos e Complementares**: Texto para Discussão. 56. ed. Rio de Janeiro: Uff, 2011. 19 p. Texto para Discussão.

ARAÚJO, Denílson da Silva. Notas sobre a formação do complexo nordestino e as transformações da economia regional: revisitando Furtado e o desenvolvimento regional. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 8, n. 13, p.53-78, jul. 2008. Semestral.

ARAUJO, Jevuks Matheus de; ALVES, Janielle do Amaral; BESARRIA, Cássio da Nóbrega. O Impacto dos Gastos Sociais Sobre os Indicadores de Desigualdade e Pobreza nos Estados Brasileiros no Período de 2004 a 2009. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.249-275, ago. 2013. Trimestral.

ARAÚJO, T.B. (1999) “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. Rev. Econômica do Nordeste, v. 30, nº 2, abr-jun, BNB, Fortaleza.

ARAÚJO, T.B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [540]-560.

BARROS, R.; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil. Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, n.1460, 2010.

BARROS, R; CARVALHO, M; FRANCO, S. O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, v. 2, n. 1, Brasília, p. 41-86, Ano 2007.

BOLSA FAMÍLIA VIRA NOVO SEGURO-DESEMPREGO E CRESCE EM CIDADES RICAS: Municípios afetados pela crise da indústria estão entre os que mais ganharam beneficiários do programa. Rio de Janeiro, 22 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/bolsa-familia-vira-novo-seguro-desemprego-cresce-em-cidades-ricas-23965660>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio; PIRES, Daniela. Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil. **Reforma Agraria**, Campinas, v. 6, n. 7, p.1-47, jul. 2003. Semestral.

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. **A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)**. 295. ed. Campinas: Unicamp, 2017. 37 p. (Texto para Discussão).

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil. In: CIEGESI - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTRATÉGIA EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 1., 2012, Goiânia. **ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI**. Campinas: Ueg, 2012. v. 1, p. 1 - 56.

CAMARGO, José Márcio. POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 18, p.68-77, dez. 2012. Semestral. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO: Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.p. 15-24.

Cano, Wilson Raízes da concentração industrial em São Paulo / Wilson Cano. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

_____. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: IV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1988, Olinda. Anais... Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 67-100, 1988.

_____. Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p.1-150, jun. 1997. Semestral.

_____. CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em SaoPaulo.2.^aed.SaoPaulo T.A. Queiroz,1^a Reimpressão,1983.

_____. CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980: Texto para discussão. **IE/Unicamp**, Campinas, v. 193, n. 20, p.1-36, jul. 2011. Semestral. Unicamp.

CERCA DE 46,6 MILHÕES DE BRASILEIROS SÃO BENEFICIADOS PELO BOLSA FAMÍLIA: Programa atende mais de um quinto da população do País. Brasília, 11 jun. 2018. Disponível em: <<http://legado.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

COM CRISE, DESIGUALDADE NO PAÍS AUMENTA PELA PRIMEIRA VEZ EM 22 ANOS: Desemprego faz Brasil anular redução da disparidade em 2014 e 2015. Rio de Janeiro, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DENES, Guilherme; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Insper Centro de Políticas Públicas**, São Paulo, v. 1, n. 21, p.1-34, ago. 2016. Policy paper.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Belo Horizonte: Nova Economia, 2009. p. 228-249.

ESTADOS DA AMAZÔNIA LIDERAM POBREZA DO PAÍS, DIZ IBGE: A Pesquisa com a Síntese de indicadores sociais das condições de vida da população brasileira foi divulgada na última sexta-feira (15). Manaus-am, 18 dez. 2017. Disponível em: <portalamazonia.com/noticias/estados-da-amazonia-lideram-na-pobreza-do-pais-diz-ibge>. Acesso em: 18 dez. 2017.

EM 2002, DÓLAR CHEGOU A R\$ 3,99: O Globo. Rio de Janeiro, 30 set. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/em-2002-dolar-chegou-r-399-14088329>>. Acesso em: 30 set. 2014.

FAGNANI, Eduardo. **O fim de um ciclo improvável (1988-2016) A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe.** 300. ed. Campinas: Unicamp, 2017. 19 p. (Texto para Discussão).

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, p.155-178, dez. 1999. Semestral.

FAGNANI, Eduardo. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015).** 308. ed. Campinas: Unicamp, 2017. 20 p. (Texto para Discussão).

FAGNANI*, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica / Social Policy in the Lula Government (2003- 2010): Historical Perspective. **Ser Social**, Brasília, v. 28, n. 13, p.41-80, 13 jan. 2011. Semestral.

FURTADO, Celso et al. **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 462 p.

FURTADO, Celso. O Nordeste: Reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.7-37, jul. 1984.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.12-19, dez. 1981.

FREGUGLI, Ricardo da Silva; KERN, Ana Paula; VIEIRA, Marcel de Toledo. IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA OFERTA DE TRABALHO DOS BENEFICIÁRIOS. In: 46° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 46. 2018, Rio de Janeiro/rj. **Congresso.** Rio de Janeiro: Anpec, 2018. p. 1 - 20.

OXFAM Brasil: A distância que nos une. São Paulo: Brief Comunicação, 2017.

GOVERNO LULA REDUZIU POBREZA DO PAÍS EM 50,6%, MOSTRA ESTUDO. Rio de Janeiro, 03 nov. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/governo-lula-reduziu-pobreza-do-pais-em-506-mostra-estudo-2775537>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

HOFFMAN, R. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: HOFFMAN, R. TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E DESIGUALDADE NO BRASIL (1995-2011); Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.p. 207-216.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. TEORIAS CLÁSSICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA: O CASO DO BRASIL. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 21, n. 12, p.5-19, 01 jul. 2010.

LEFF, Nathaniel H.. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. **R.b.e**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.3-21, mar. 1972. Trimestral.

LEIA ÍNTEGRA DA CARTA DE LULA PARA ACALMAR O MERCADO FINANCEIRO. Folha de S.paulo, 24 jun. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 24 jun. 2002.

LULA CHAMA DE 'IMBECIS' E 'IGNORANTES' CRÍTICOS DO BOLSA FAMÍLIA: Ele criticou quem diz que programa deixa 'as pessoas preguiçosas'. Presidente discursou em cerimônia de formandos em Belo Horizonte. São Paulo, 03 ago. 2009. Disponível em: <[g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1250902-5601,00-LULA+CHAMA+DE+IMBECIS+E+IGNORANTES+CRITICOS+DO+BOLSA+FAMILI A.html](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1250902-5601,00-LULA+CHAMA+DE+IMBECIS+E+IGNORANTES+CRITICOS+DO+BOLSA+FAMILI+A.html)>. Acesso em: 03 ago. 2009.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. **Revista de Economia Política**, Brasil, v. 33, n. 2, p.298-314, 2 jul. 2013. Semestral.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília: IPEA, junho de 2007. (Texto Discussão, nº 1283). Obtido através do site: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1283.pdf

MEGA, Luciano Farias. FOCALIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO EM PROGRAMAS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA (PGRMs). **Mestre em Política Social Pela Universidade Católica de Pelotas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.487-503, dez. 2013. Semestral. Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 9, p.151-172, jun. 2006. Semestral.

NETO, R. M. S.; AZZONI, C.R. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: NETO, R. M. S.; AZZONI, C.R.; OS PROGRAMAS SOCIAIS E A RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE REGIONAL DE RENDA NO BRASIL; Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.p. 217-232.

NERI, Marcelo. Alta da desigualdade e da pobreza, superação da crise e políticas de renda. **FGV Social/cps**, São Paulo, v. 3, n. 4, p.1-18, abr. 2017. Semestral. Professor da EPGE da fundação Getúlio Vargas.

OS INDIVÍDUOS E AS DESIGUALDADES REGIONAIS DE RENDA NO BRASIL. Brasília, 20 jan. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3208&catid=29&Itemid=34>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PAÍS TEM 11,5 MILHÕES DE ANALFABETOS; NO NORDESTE, 38% DOS IDOSOS NÃO LEEM. Maceió, 18 maio 2018. Disponível em: <País tem 11,5 milhões de analfabetos; no Nordeste, 38% dos idosos não leem... - Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/05/18/pais-tem-115-milhoes-de-analfabetos-diferenca-racial-se-mantem.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 maio 2018.

PESSOA, Sarah Regina Nascimento; MILANI, Ana Maria Rita. ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2003-2010) SOBRE A ECONOMIA DO NORDESTE. **Revista Economia Nordeste**, Fortaleza, v. 3, n. 47, p.45-60, 21 out. 2016. Semestral.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social**, São Paulo, v. 1, n. 112, p.729-753, ago. 2012. Semestral. Professora titular da Universidade de Brasília (UNB).

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Camin. Urbanização, Globalização e Saúde. **Revista Usp**, São Paulo, v. 1, n. 107, p.13-26, dez. 2015. Trimestral.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 153-185, 2005, jan./abr.2005.

____ Rocha, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. *Revista de Economia Contemporânea*, V.9, n.1, p.67-95, jan/abr. 2008a.

____ Rocha, S. Os “Novos” Programas de Transferências de Renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 2, n. 1, Brasília, p. 131-145, Ano 2007.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 130. 1992, Florianópolis. **Segunda parte**. Florianópolis: Universidade/ufrgs, 01. v. 1992, p. 105 - 125.

REGIÕES COM PIORES INDICADORES TÊM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/regioes-com-piores-indicadores-tem-maior-concentracao-de-criancas-e-jovens>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SAIR DO MAPA DE FOME DA ONU É HISTÓRICO, DIZ GOVERNO: O governo considerou como um feito histórico que o Brasil tenha saído do mapa de fome da ONU,

segundo relatório da FAO. São Paulo, 16 set. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

SANTIAGO, D. R. Urbanização acelerada e as questões ambientais no Brasil: Uma relação de sucesso ou fracasso? In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, Governança e Bem-Estar, 2014, São Pedro, SP. Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, Governança e Bem-Estar. Belo Horizonte: ABEP, 2014. v. 19: 20.

SANTOS, Nivalter Aires. 45 ANOS DE PENSAMENTO DE CELSO FURTADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (1959-2004). **45 Anos de Pensamento de Celso Furtado Sobre O Desenvolvimento do Nordeste (1959-2004)**, Bahia, v. 109, n. 84, p.84-108, abr. 2018. Semestral.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Maranhão, v. 12, n. 6, p.1429-1439, mar. 2007. Semestral.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DESENHO INSTITUCIONAL, IMPACTOS E POSSIBILIDADES FUTURAS. **Texto Para Discursão**, Brasília, v. 1424, n. 2, p.7-37, 01 out. 2009.

____ SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição et al. **CELSO FURTADO E O BRASIL**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 208 p.

VARGAS, Juliano; FELIPE, Ednilson Silva. Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 41, n. 3, p.127-148, dez. 2015. Trimestral.